

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS**

SUELI TEREZINHA OLIVEIRA

**MULHERES QUE FAZEM A HISTÓRIA:
LUTAS E CONQUISTAS**

**CURITIBA/PR
ABRIL/1998**

MULHERES QUE FAZEM A HISTÓRIA: LUTAS E CONQUISTAS

SUELI TEREZINHA OLIVEIRA

Monografia de conclusão do Curso de pós-graduação em Gestão de Pessoas, sob orientação do prof.: Sérgio Bulgackov, necessária para obtenção do título de especialista.

**Professor Sérgio Bulgackov
Coordenador do Curso**

**Curitiba/PR
Abril/1998**

À minha filha, Iv Noêmia Maria Seidler de Oliveira, que abdicou da minha companhia nos fins-de-semana para que eu pudesse estudar.

A minha irmã, Sônia Maria de Oliveira que se dispôs a cuidar de minha filha durante a minha ausência .

A meus pais, que com seu amor incondicional sempre estiveram presente em todos os momentos de minha vida e que acreditaram em meu potencial.

Aos meus colegas de cursos, professores e palestrantes que se dedicaram com afinco a sua missão de aprender e ensinar.

Agradecimentos

A todos que de forma direta ou indireta colaboraram na coleta de material para a pesquisa, possibilitando que eu concluísse essa monografia. Desejo agradecer de modo especial:

A Deus, nosso Criador e Senhor, que me iluminou e amparou nas horas difíceis, dando-me forças para continuar estudando.

A meus familiares e amigos que estiveram sempre ao meu lado com seu carinho e apoio.

A minha prima, Elizabeth de Oliveira, pelo seu entusiasmo e constante incentivo para que eu continuasse estudando sempre e lutando pelos meus objetivos. Pela fé que deposita em mim.

Aos meus novos amigos de Primavera do Leste que colaboraram com material para a pesquisa.

A meus colegas de cursos pelo companheirismo durante todo o ano.

Ao professor e coordenador do curso Sérgio Bulgackov, que com seu carisma me ouviu, estendeu a mão, abriu o caminho para que eu pudesse concluir o curso e me concedeu a honra de ser sua supervisionanda.

A todas as mulheres que tiveram suas lutas, conquistas e sucessos relatados aqui, as que não tiveram oportunidade de sair de casa, mas que se dedicaram a sua missão materna de corpo e alma.

MULHERES QUE FAZEM A HISTÓRIA: LUTAS E CONQUISTAS

“A mulher sempre esteve presente com seu trabalho durante toda a história da humanidade a partir das economias mais rudimentares. Posteriormente com participação mais intensa na 2ª Guerra Mundial, com a inovação tecnológica, com a necessidade econômica, com o urbanismo, com a diminuição da fecundidade e a formação escolar e profissional”.

SUMÁRIO

A Mágica Que Só os Homens Sabem Fazer	08
Introdução.....	09
Dados Históricos	10
As Legislações sobre o Trabalho Feminino.....	10
A Legislação Brasileira e o Trabalho Feminino	10
A Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho no Brasil.....	11
A Educação.....	11
Participação Feminina no Processo de Industrialização no Brasil	13
Motivações e Atitudes da Mulher Referente ao Trabalho	14
O Trabalho Feminino no Recife na Década de 60	15
Profissionalização da Mulher	15
Repercussões Sócio-Psicológicas do Trabalho Feminino.....	16
Trabalho e Relacionamento Emocional	17
O Trabalho e a Maternidade	17
O Trabalho Profissional e os Filhos.....	18
A Socialização da Mulher no Rio Republicano.....	18
A Mulher do Século XX.....	20
O Trabalho da Mulher acima de 40 anos na França	20
Mulher e Trabalho: Avaliação da Década da Mulher (1975/1985)	25
Trabalho, Necessidade e Desempenho	28

Impacto da LER no Trabalho e Saúde da Mulher	29
História de Mulheres que se Destacam no Mundo dos Negócios	30
Ex-Donas de Casa que Viraram Executivas de Sucesso	32
A 4ª Conferência do ONU em Pequim	36
Conclusão	41
Referências Bibliográficas	43

MÁGICA QUE SÓ OS HOMENS SABEM FAZER

Um abacateiro, dá abacate.

Uma mangueira, dá manga.

uma girafa, dá sempre uma girafinha.

Uma nuvem, dá chuva.

E o Homem?

Em princípio, ele geraria sempre outros homens, apenas.

Mas há uma diferença entre o abacateiro, a mangueira, a girafa, a nuvem e o homem.

O homem é o único ser da natureza que tem condições de fazer algo mais além de caçar, dormir e uivar como os outros animais.

Se quiser, o homem pode voar com os pássaros, pode nadar com as baleias e, principalmente, pode ser eterno.

Tudo isso o homem consegue quando começa a trabalhar.

O trabalho é a mágica que faz os homens se transformarem em seres inteligentes, capazes de criar de um ovo uma omelete, de um tecido uma fantasia, de um barulho uma música.

O mais importante é que ele goste muito do que escolheu e que execute.

Apenas assim, ele consegue ser capaz de criar a fruta mais gostosa: a felicidade.

E isto cada um tem que conseguir sozinho.

Ninguém poderá ensiná-lo ou ajudá-lo.

Como diz o cacique Apoema: “Uma árvore não pode ensinar outra árvore a crescer”.

(Texto do cartunista Henfil - São Paulo, 1986)

INTRODUÇÃO

Esse trabalho aponta os fatores que levaram as mulheres a lutarem por seus direitos, a buscarem sua independência financeira, a se valorizarem perante a sociedade machista a partir dos anos 60, tornando-se mais forte nos anos 70 e se consolidando a partir dos anos 80.

O tema: **Mulheres que Fazem a História: Lutas e Conquistas**, foi escolhido para incentivar outras mulheres na luta pelos seus direitos e para homenagear a todas as mulheres que acreditaram no seu potencial e foram a luta quebrando barreiras, enfrentando preconceitos, fazendo dupla jornada de trabalho em busca da realização profissional.

Mesmo com todas as lutas, com as conquistas realizadas, as mulheres continuam sofrendo algumas discriminação com relação as suas atividades profissionais. A principal é a diferença a menor no salário. Os dados demonstram que as mulheres de níveis hierárquicos mais baixos ganham menos que os homens que ocupam os mesmos cargos, embora nos níveis hierárquicos superiores elas chegam a ganhar mais que os dos sexo masculino.

Os relatos de mulheres empresárias que aqui estão transcritos, nos mostram a luta destas desbravadoras, que com pouco ou nenhum conhecimento profissional, mas com coragem, perseverança e acima de tudo com garra e fé no seu potencial iniciaram do nada suas atividades profissionais e tiveram sucesso.

Temos também que reverenciar as mulheres que dedicam suas vidas, e as vezes arriscam, às causas sociais e ambientais na luta por um mundo melhor para os menos favorecidos, os injustiçados, os discriminados, às vítimas de todo o tipo de pré-conceito, e tantos outros. Mulheres que amam incondicionalmente seus semelhantes e acreditam nas mudanças.

DADOS HISTÓRICOS

A história nos conta que a mulher teve um papel político importante no início do segundo milênio no Egito, no reinado de Hatshepsut. Na sociedade cretense a mulher ocupava lugar de destaque, desfrutando de liberdade. Já na Grécia algumas cortesãs tinham o privilégio de ter acesso ao saber. Na civilização helenística as mulheres freqüentaram escola e tornaram-se mais livres.

Entre os séculos X e XIV as profissões comuns entre os dois sexos aumentaram, existindo mulheres escritoras, professoras e médicas, onde já se constatava uma pequena diferença a menor no salário da mulher.

No século XVI as mulheres passam a trabalhar em seus domicílios com o algodão e a lã, perdendo essas atividades quando as mesmas são transferidas para fábricas no século XIX, passando a serem executadas por homens.

AS LEGISLAÇÕES SOBRE O TRABALHO FEMININO

As primeiras leis surgiram na Inglaterra em 1842, proibindo o trabalho da mulher em subterrâneos; em 1844 reduziram a jornada para 12 horas e vedando o trabalho noturno; em 1878 foi proibido o trabalho da mulher a noite, com algumas exceções e estabelecido a jornada semanal entre cinquenta e cinco e sessenta horas, excluindo o domingo. Em 1892 foi estendido às mulheres e menores que trabalhavam em magazines, restaurantes e hotéis.

A França limita a jornada em onze horas, generalizando as restrições ao trabalho noturno, que antes eram apenas para mulheres menores de vinte e um anos. Só em 1902 com a Lei Carcano foi estabelecido a licença maternidade por quatro semanas após o parto, sem garantir o retorno ao trabalho.

A ausência de "direito" das mulheres trabalhadoras aumentaram bastante a procura por mão-de-obra feminina, reduzindo-se em 1909 com o estabelecimento de limites e direitos.

Em 1919 o Tratado de Versailles criou a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e foram adotadas diversas medidas relativas aos setores que reclamavam proteção. O trabalho da mulher foi uma das primeiras matérias a obter regulamentação específica por ele.

No Brasil a lei que protege a maternidade só foi promulgada em 1934, bem como a que rege o trabalho noturno e foi ratificada em 1965 e promulgada em 1970. Em novembro de 1994 foi promulgado um decreto legislativo sobre a proteção contra os riscos de intoxicação pelo benzeno, contra indicado para mulheres grávidas ou amamentando, e profissões que tenham contato com esse produto.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O TRABALHO FEMININO

A constituição de 1934 garantia salários iguais para homens e mulheres, proibia o trabalho delas em condições insalubres, garantia assistência médica e sanitária às gestantes e um descanso pré e pós - parto sem prejuízo no salário.

A Carta de 1967 proibiu a diferença de critérios de admissão por motivo de sexo, estado civil, cor e estabeleceu aposentadoria para as mulheres ao trinta anos. Em 1988 a licença maternidade foi alterada de 84 para 120 dias sem prejuízo no salário e estendido a empregada rural, doméstica e trabalhadora avulsa e a garantia de emprego até 05 meses após o parto. Em 1989 eliminou a restrição ao trabalho noturno, assim como a proibição em condições insalubres e serviços perigosos, o que representou um grande avanço na legislação, embora persistisse a proibição à horas extras e trabalhos pesados.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Em 1920 a participação das mulheres no mercado de trabalho era de 15,3% e em 1950 de 14,7%. Em 1960 foi de 17,9% em face do aumento das atividades terciárias. Em 1970 elevou-se para 21%, com concentração em trabalhos domésticos, costura, campo, ensino primário e funções burocráticas de escritório. Em 1983 o percentual era de 33% de mulheres concentradas principalmente no comércio, serviços e atividades sociais.

Constatou-se um aumento de 11,75, em 1970, para 17,1 % , em 1980 para as mulheres autônomas e 4,7%, em 1970, para 10,5% em 1980 para as empregadas.

As mulheres hoje constituem 2/3 das proprietárias de novas empresas no Canadá, 25% nos EUA e Suécia, 30% na Finlândia e 21% na França, sendo criado a Associação Européia das Mulheres nas Pequenas e Médias Empresas.

Com a evolução tecnológica e a fabricação de aparelhos eletrodomésticos que facilitam o trabalho da mulher no lar, tornando-o menos cansativo, a mulher encontra-se com maior disponibilidade para trabalhar fora, bem como a mecanização e automação que reduzem o trabalho penoso de algumas atividades, antes só masculinas.

A participação da mulher no mercado de trabalho está negativamente relacionado ao número de filhos. A presença de filhos no lar aumenta as atividades domésticas e produz efeitos desestimuladores na sua participação no mercado de trabalho.

A EDUCAÇÃO

A primeira lei imperial sobre o ensino , em 1827, determina a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos estabelecendo a criação de escolas para meninas, onde aprenderiam a ler e escrever, fazer as quatro operações aritméticas, além de costurar e bordar. Já a educação secundária seria oferecida apenas à população masculina, diferenciando-se, desde então, a educação de um e de outro sexo. O ato adicional de 1834 estabelece que a instrução secundária ficaria a cargo da União, enquanto a primária sob a responsabilidade da administração municipal. Durante o Império, o número de escolas femininas foi sempre superior ao de escolas masculinas, que possuíam um corpo docente mais qualificado. Em 1880, cria-se a primeira Escola Normal no Rio de Janeiro, visando a qualificação profissional de quadros para o ensino primário. As escolas

de nível secundário particulares para meninas e a Escola Normal não se equipavam, em nível acadêmico, ao colégio D. Pedro I, exclusivamente masculino.

Na verdade, o ensino secundário destinava-se a quem pretendia prosseguir nos estudos, o que não era compatível com a posição da mulher, nem racional, já que não se esperava dela o ingresso no mercado de trabalho. Só em 1907, as primeiras mulheres no Rio obtêm o título de bacharel em Ciências e Letras através de aprovação nos exames preparatórios normais.

A separação da Igreja e do Estado foi um dos fatores na mudança da educação feminina, libertando a mulher da tutela católica, cujo ensino rejeita a transmissão de conhecimento científico e coloca prioridade na defesa da moral e na preservação da família. Os liberais clássicos pregavam uma educação feminina não voltada para a emancipação da mulher e sim uma melhor formação para o exercício de suas funções de esposa e mãe. É através de alguns liberais como Rui Barbosa que se inicia a discussão sobre a possível instrução comum aos dois sexos. A corrente positivista, por sua vez, apesar de relegar a mulher à esfera privada da vida doméstica e enfatizar a diferenciação sexual de tipos de inteligência, advoga a instrução igual para ambos os sexos, ministrada separadamente.

A resistência à instrução feminina de nível superior é forte, mas as oportunidades urbanas atraem mulheres dos setores mais intelectualizados a preparar-se para disputar um lugar no mercado. Os ideais feministas de emancipação ressoam num centro cosmopolita influenciado pelos movimentos europeu e americano, onde a produção cultural, o comportamento social e a moda tentam seguir os modelos dos países considerados avançados.

As mulheres das famílias de elite são as pioneiras no ingresso em curso de nível superior. Em 1887, a primeira mulher é diplomada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1917, após os pareceres de Rui Barbosa e Clóvis Beviláqua, é aceita a inscrição de uma mulher para um concurso do Ministério das Relações Exteriores, no qual obteve a primeira colocação. Em 1919, Berta Lutz, uma bióloga que retornara recentemente ao Brasil graduada pela Universidade de Sorbonne, é nomeada para alto cargo no Museu Nacional. Outras mulheres são designadas inspetoras nas escolas municipais da cidade, e começam a ingressar nos cursos de medicina, engenharia, direito, farmácia e odontologia.

A escolarização, entretanto, não era o caminho mais amplamente utilizado, mesmo nas classes abastadas, para os avanços intelectuais da mulher no período. A leitura, hábito exercido no espaço doméstico, não enfrentava as objeções sistemáticas dos conservadores.

O grau de instrução e formação profissional da mulher contribuem para conquistar e manter o emprego, independente do seu estado civil e situação econômica do país.

A formação limitada e inadequada da mulher torna-a vítima do desemprego, principalmente em épocas de crises. Na nossa sociedade a educação é voltada para sentidos diferentes se a criança for menino ou menina. Do menino é esperado que ele seja um homem capaz, inteligente, que trabalha fora e sustenta a família. Da menina é esperado que ela aprenda habilidades manuais que a tornem prendada para conquistar um bom marido, executar bem as atividades do lar e educar os filhos. Essa educação está fundamentada em estereótipos, em mitos que em nada tem haver com a realidade de hoje, desvalorizando a imagem da mulher e gerando preconceitos.

Com a evolução atual da sociedade, a mulher está mudando a sua imagem para uma valorizada, principalmente pela dupla jornada de trabalho: no lar e fora dele. Essa reformulação está exigindo que a própria mulher mude a imagem que tem de si mesma, aumentando sua auto-

estima, confiando na sua capacidade para desenvolver seu potencial humano como bem quiser, assumindo novas atividades e novas responsabilidades necessárias a uma maior e efetiva participação no mercado de trabalho.

Com relação ao grau de instrução os dados mostram que no Chile e Kweit as mulheres possuem padrão de escolaridade superior ao dos homens; no Canadá, EUA, França e Escandinava as mulheres representam metade dos alunos de nível superior; no Japão, Países Baixos e Turquia, o percentual de mulheres é inferior aos dos homens e nos demais países da OCDE (Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico) o percentual é mais ou menos igual.

A maioria das mulheres se concentra em carreira tradicionalmente femininas, pouco valorizadas e adaptáveis às demandas do mercado.

No Brasil há uma concentração nos cursos de magistério (2º grau), letras, enfermagem, comunicação, serviço social, educação e ciências humanas, onde o percentual variava de 80% a 100% em 1977. Verificou-se um aumento nos cursos de física, matemática, química e biologia. Nas carreiras mistas como arquitetura, desenho industrial, direito, farmácia, estatística, medicina e odontologia, o percentual de mulheres variou de 41% a 59% de 1973 a 1977. Nas carreiras caracterizadas como masculinas, engenharia e geologia, etc., vem aumentando o percentual de mulheres.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

O recenseamento de 1872 mostrava que o nível de alfabetização era maior entre a população livre que entre a escrava, que era maior entre a masculina que a feminina. Foram encontrados 909 escravos e 429 escravas alfabetizados. Na população livre 24% dos homens eram alfabetizados e apenas 13,4% das mulheres. Na esfera educacional a participação feminina diminuiu a medida que ia se elevando o nível de ensino; 2,3% da população masculina e 1,1% da feminina estavam matriculada no curso primário; 0,2% dos homens e 0,05% das mulheres cursavam o nível secundário. Em 1907, no ensino superior, 2.455 homens estavam nas faculdades e apenas 32 mulheres; em 1908, 3.045 homens e 29 mulheres; em 1909, 3323 homens e 39 mulheres. Esse dados nos mostram a posição da mulher na sociedade brasileira no sinal do século passado e início deste.

O recenseamento de 1872 indicava que aproximadamente 45% do total de trabalhadores era do sexo feminino, deste, 35% na agricultura e 33% em trabalhos domésticos. A participação relevante da mulher na área fabril teve início em meados do século XIX. A medida que o processo avançou, a área passou a se masculinizar, ficando aberta para as mulheres as carreira de professora primária, enfermeira e funcionária pública.

Segundo Maria Valéria J. Pena “A importância da família para a compreensão do trabalho feminino deriva da centralidade da mulher na reprodução de pessoas e de ser a família a instituição que primariamente regula tal reprodução; deriva também, que no Brasil, no período em questão, inexistia um grande mercado de massas e a produção não deslocara-se da esfera da família e da propriedade familiar.”

Em meados do século XIX, quando surgiram as fábricas têxteis, abriu-se empregos para mulheres de classes mais baixas, que até então ficavam ociosas durante o dia e a noite saíam para vender seus encantos para se manterem. Em S.P., no censo de 1872, dos 10.256 operários da indústria de algodão, 9.514 eram mulheres; em 1920 as mulheres representavam 33,7% da classe trabalhadora nas indústrias .

As mulheres tiveram uma participação ativa na época do engenho. Levantavam cedo para dar andamento aos serviços domésticos, além de fabricarem sabão, vela, vinho, licor, doce, geleia, desaparecendo nos meados do século XIX e dando lugar a uma mulher mais mudana que freqüentava bailes, teatros, lia romance, gastava horas no toucador e estudando piano.

Com o aumento do poder econômico da burguesia cafeicultora a mulher dos grupos dominantes recolheu-se ao trabalho doméstico, desta vez não como trabalhadora direta, mas gerenciando o trabalho. As fazendeiras tinham uma participação muito ativa na produção de bens de consumo domésticos, pois criavam porcos, galinhas e outros animais domésticos, mas não cuidavam da contabilidade de suas tarefas.

Quando viúvas as mulheres assumiam todas as funções masculinas, chegando a desenvolver grandes riquezas e na meia idade já dirigiam os negócios com mais sabedoria que seus falecidos maridos. Elas mostraram-se capazes de mandar e fazer cumprir com o mesmo rigor dos falecidos maridos, ou ausentes nas épocas de guerras, e só se tornavam economicamente independentes com a morte deles, até serem substituídas por filhos ou genros.

Entre os escravos, as escravas faziam o trabalho de homens, roçando, plantando e colhendo e algumas vezes conseguiam comprar sua liberdade, indo trabalhar como costureiras. Isso mostra que, de certa forma, as mulheres negras gozaram de uma independência que as brancas de classes mais altas não tinham, pois a escrava era considerada igual ao escravo, enquanto que a mulher branca era considerada inferior ao homem.

MOTIVAÇÕES E ATITUDES DA MULHER REFERENTE AO TRABALHO

É possível deduzir que o principal motivo da participação da mulher no mercado de trabalho é o de ordem econômica. Cerca de 30,4% das entrevistadas gostariam de ter ocupação remunerada em casa para melhorar o sistema familiar. A maior parte, 68,3%, está satisfeita com seu emprego, enquanto 17,9% insatisfeitas e 17,5% razoavelmente .

Cerca de 33,65% aspiram um trabalho diferente, não revelando possíveis opções, as restantes parecem não levar em conta aptidões ou inclinações, desejando simplesmente outro trabalho de maior remuneração.

Os dados obtidos a respeito de aspirações e expectativas para o futuro permitem concluir que 36,5% foram incapazes de citar três desejos, entre todos, que gostariam de realizar. Destas, 71,3% conseguiram citar dois e 21,7% apenas um ou nenhum. Já o casamento mostrou-se ser a grande meta a ser atingida.

O TRABALHO FEMININO NO RECIFE NA DÉCADA DE 60.

Uma pesquisa em Pernambuco revela que as causas econômicas são as principais responsáveis pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho. Foram entrevistadas 1.000 trabalhadoras, 50% possuem pais vivos e 39% falecidos.

O aumento das mulheres que trabalham fora é condicionado pelos fatores econômicos nas classes média e baixa, ao contrário das classes ricas, e por fatores psicológicos, sendo que é maior o número de mulheres originárias de família de orçamento precário.

Nesse sistema cabe ao homem a oportunidade de iniciativa e à mulher o serviço caseiro, o artesanato e o cuidados com filhos, parentes e empregados. Constata-se que 61,4% das mães entrevistadas possuem trabalhos domésticos e 75% das entrevistadas possuem mães vivas que trabalham em casa sem contribuir financeiramente para o sustento da família.

As famílias de classe baixa, incluindo algumas da classe média, possuem maior número de filhos pelo desconhecimento do uso de métodos anticonceptivos ou por dificuldades financeiras em adquiri-los

Geralmente os maridos são funcionários público (11%), pequenos comerciantes (7%), pequenos agricultores e bancários, todos profissionais de pouca renda, o que leva as mulheres a se dedicarem ao trabalho fora do lar para ajudar financeiramente no sustento familiar. A pressão econômica que a classe média vem sofrendo, levou os homens a permitirem que suas esposas (77%) suas filhas (85%) trabalhassem depois da década de 70. Isso não significava a emancipação da mulher em relação ao trabalho profissional. Se o companheiro melhorava seus ganhos e esse for suficiente, muitas mulheres abandonavam o trabalho, vivendo o papel de dona de casa e de mãe.

No entanto a família brasileira continua dominada pelo modelo patriarcal, apesar das transições e conflitos. Após a segunda guerra mundial e a influência dos EUA nos costumes nordestinos, sobretudo pelos interesses econômicos e maior divulgação de filmes, começou a haver uma mudança na mentalidade feminina, pois a maioria dos filmes refletia uma posição quase superior da mulher.

Também contribuíram para isso o fortalecimento de uma mentalidade industrial e urbana, o início da fase tecnológica, a progressiva perda da consciência dos valores rurais, que abriram uma brecha cada vez maior no sistema familiar em bases patriarcais.

Com o enfraquecimento do sistema patriarcal o menino e a mulher ganharam importância no sistema familiar, acarretando a mesma educação para o homem e a mulher, tornando-a mais capacitada profissionalmente. A tecnologia também multiplicou as possibilidades profissionais, proporcionando às mulheres capacitadas maior participação no mercado.

PROFISSIONALIZAÇÃO DA MULHER

Nos países em desenvolvimento, as mudanças sociais acabam por afetar profundamente a estrutura familiar. Antes a grande família era uma unidade social e econômica cuja produção visava a subsistência, nela os pais, filhos, parentes e aderentes se sentiam presos pelas mesmas obrigações e trabalhos. A família tradicional dava a seus integrantes uma segurança que não existe mais na família nuclear de hoje, devido as influências da vida moderna. As imposições do mercado internacional com suas conseqüências morais, jurídicas, culturais e psicológicas, afetaram deveres, valores e padrões da família e de cada pessoa em particular.

A família moderna vem sofrendo mudanças com uma intensidade jamais vista. Numa economia inflacionaria o sustento familiar não pode mais depender da renda do chefe de família, necessitando do trabalho da mulher nas suas diversas atividades. Ainda é pequena a participação da mão-de-obra feminina no trabalho economicamente produtivo e comparado com o masculino. De outro lado, considerando-se o trabalho de homens e mulheres, independente do seu valor econômico ou remuneração salarial, talvez o mesmo seja o mais produtivo, pois é exercido no lar e indispensável para a subsistência da família.

A passagem da sociedade patriarcal para a sociedade industrializada tem custado ao sexo feminino um esforço que está longe de ajustá-lo ao trabalho competitivo, em igualdade de condições com o sexo masculino. Muito da exploração que a mulher é sujeita vem da falta de instrumentos hábeis para a vida profissional na fase de transição em que nos encontramos.

Pode-se afirmar que é por imposição financeira que a mulher procura trabalho fora do lar. É possível que nos centros mais industrializados do sul do país, a participação da mulher no mercado de trabalho seja uma necessidade de produção.

REPERCUSSÕES SÓCIO-PSICOLÓGICAS DO TRABALHO FEMININO

Com o avanço tecnológico a mulher vem sendo utilizada, em escala crescente, como força de trabalho em áreas anteriormente consideradas como masculinas, não só competindo com os homens, mas substituindo-os em alguns setores.

É importante saber se isso contribui para aumentar o seu espaço de movimento livre e para determinar mudanças sócio - psicológicas significativas no que se refere a sua independência, auto -determinação e percepção como ser autônomo, ou essa participação no mercado de trabalho constitui fator negativo na emancipação da mulher, sendo que a dupla jornada de trabalho, dentro e fora do lar, pouco ou nada contribui para alterar as condições de subordinação e dependência em que vive.

Para as mulheres do Recife o exercício de atividades profissionais fora do lar não contribuiu para a sua liberação, mediante uma divisão de trabalho mais equitativa e funcional, continuando presa as tarefas do lar, necessários à sua manutenção. Os fatores individuais, decorrentes da educação recebida, podem estar impedindo a necessária adequação psicológica da mulher ao seu novo papel. Consciente ou inconscientemente, a mulher pode estar resistindo a mudanças, em decorrência da imagem feminina idealizada e introjetada segundo os moldes tradicionais. Assim,

não se dispõe a “abdicar” do que aprendeu como seu dever de arcar com os trabalhos domésticos e de participar da maioria das tarefas realizadas em casa.

67% das entrevistadas afirmaram encontrar satisfação nos trabalhos caseiros; 7,2% não; 4% interesse parcial e 21,8% não se manifestaram. Esses dados permitem inferir provável conflito entre a situação vivida e a tradicional imagem da mulher. Mesmo motivada e predisposta para o trabalho doméstico, as profissionais em sua maioria (59,3%) não se interessam por ou não dispõe de tempo para aprimorar suas habilidades através de cursos especializados, sendo que 25,81% das trabalhadoras realizam cursos relacionados as atividades domésticas.

TRABALHO E RELAÇÃO EMOCIONAL

Desde a escolha do curso de faculdade, a vida da mulher de hoje é um longo caminho de decisões. Não é só escolher o que quer “ser”, mas muitas vezes vencer barreiras e preconceitos dos pais, namorados e sociedade. Em algumas famílias as moças ainda são educadas para serem esposas e boas mães. Quando conseguem “autorização” para cursar a faculdade, acabam gerando maiores dificuldades no relacionamento com a família, principalmente os pais, e acabam fazendo uma escolha, as vezes dolorosa, de seguir em frente nos estudos e batalhar um emprego mais tarde.

Superada essa primeira batalha, vem outra: fica dividida entre o desejo de um relacionamento amoroso estável e o comprometimento com uma carreira promissora no trabalho. Quando casa, mesmo o marido conhecendo as atividades da esposa e estando ciente de suas responsabilidades - viajar a trabalho, levar trabalho para casa - acabam se ressentindo do comprometimento da mulher com o seu trabalho e sentem-se magoados, taciturnos por serem “deixados de lado”. Esse período exige muita maturidade e diálogo para ser superado, como discutir a situação no momento certo, pesar os prós e os contras, fazer concessões se puder, aceitar com alegria a decisão tomada. Em alguns casos os maridos dão ultimatos à esposa: ou ele ou o trabalho. Nesta fase, ou o casal se separa, caso ela opte em continuar no seu trabalho, ou ela deixa seu trabalho atual e procura um outro que não exija tanto dela e sente-se frustrada por não estar usando todo o seu potencial, ou ainda, vira dona-de-casa. No caso da esposa largar seu trabalho promissor ou trocar por outro, com o tempo os dois se sentirão infelizes na relação, ela se ressentirá por ter se sacrificado e abandonado o emprego que tanto amava para manter a relação, acabando por deteriorar a relação do casal.

Na terceira batalha vem a decisão de ter ou não filhos, quando e quanto. Nessa fase é imprescindível o casal fazer um planejamento familiar. Muitas mulheres que tem carreiras não conseguem decidir se desejam ou não ter filhos. Se a mulher está indo bem na carreira escolhida e subindo os degraus do sucesso, é compreensível que seja difícil abrir mão de tudo isso, ainda que por pouco tempo, para ter filhos, há o medo de poder ou não retornar à carreira em posição semelhante ou perder as oportunidades de progredir. Qualquer que seja a decisão tomada nessas circunstâncias, a mulher acabará se sentindo culpada.

O TRABALHO E A MATERNIDADE

O trabalho doméstico foi ignorado socialmente por muito tempo e considerado um dever feminino devido a sua natureza: cuidar das necessidades materiais e psicológicas da família, cuidar das crianças e curar os doentes. Os riscos que o trabalho doméstico, e status de “dona-de-casa” representam para a saúde física e mental das mulheres tem sido ignorados, bem como ocultado a injustiça social para quem tem a maior carga do trabalho doméstico e cuidados com a família, com ou sem trabalho fora de casa. Quando as mulheres assumem trabalho como de enfermeira, secretária, camareira, faxineira, etc. , as características para essas atividades são vistas como prolongamento das atividades domésticas - não-profissionalizantes - sendo usado como justificativa para pagar pouco.

Trabalhos como enfermagem e puericultura, consideradas aptos para mulheres, comportam numerosos riscos para a saúde - ergonômico, biológico e psicológico. Na gravidez essas mulheres sofrem mais freqüentemente de hipertensão e correm um elevado risco de ter crianças prematuras e malformadas.

A relação entre trabalho, saúde física e psicológica das mulheres antes e depois do parto, é influenciada pelo contexto cultural, social e econômico, pela ideologia dominante, pelas expectativas relativas ao papel das mesmas, pelas necessidades da criança, pela legislação relativa à família e à proteção da trabalhadora mãe, pela disponibilidade de serviços voltados para a infância e pelo mercado de trabalho.

A influência do trabalho sobre o bem-estar da gestante ou mãe será diferente de acordo com a natureza do seu trabalho.

As gestantes trabalhadoras que executam tarefas variáveis ou transportam peso e as que têm turno de trabalho variável ou são expostas a ruído, correm maior risco de nascimento prematuro. Em algumas profissões, as mulheres acumulam riscos ergonômicos, químicos e biológicos que trazem riscos à sua saúde e das futuras crianças (se estiverem grávidas), como as de enfermeiras, técnicas, profissionais de limpeza, cabeleireiras, agricultores e industriárias.

O custo da maternidade da mulher trabalhadora varia de acordo com sua posição social e profissional. Mulheres mais instruídas e com uma atividade qualificada tendem a permanecer no trabalho em tempo integral, mesmo após o nascimento, enquanto as menos instruídas e qualificadas são obrigadas a abandonar o emprego ou diminuir a jornada de trabalho a tempo parcial.

O TRABALHO PROFISSIONAL E OS FILHOS

Na pesquisa, 21,1% das mulheres tem filhos menores, destas aproximadamente 55,45% deixam seus filhos com pessoas da família e aproximadamente 27% com empregadas, 6,1% com outras pessoas e 9,4% deixa-os sós. A ausência materna modificou o comportamento dos filhos, principalmente com relação a regularidade das refeições, saídas freqüentes para a rua, menor rendimento escolar, perda de hábitos de higiene e procura de más companhias. A maioria das mães acham que sua autoridade não foi abalada em consequência do seu trabalho fora do lar.

A SOCIALIZAÇÃO DA MULHER NO RIO REPUBLICANO

A inauguração do regime republicano em 1889 pressionou a família, especialmente na capital, a adaptar-se a padrões modernos de valores e comportamento. O modelo matrimonial clássico redefiniu-se, destacando-se a maior socialização da mulher. Apesar da supremacia do homem, amparada por leis e tradições, a mulher conquistou o espaço público através da dinamização das ofertas da educação, trabalho e lazer. Um novo estilo de vida urbana garantiu-lhe uma posição social de maior autonomia e participação.

O regime republicano, inaugurado no Brasil em 1889, promoveu um programa de ação política baseado nos conceitos-chave de ordem e progresso, em que a família e a cidade atuaram como protagonistas.

A capacidade de adaptação da família à nova ordem, modificou valores do modelo matrimonial tradicional. Novas e antigas formas de comportamento social confrontaram-se no caminho da modernidade. O principal resultado das transformações foi o reequacionamento de valores e atitudes no modelo matrimonial, sendo porém preservado o ideal de casamento e os princípios morais defendidos pela família.

A posição da mulher dentro da família, independentemente dos condicionamentos de classe, tem como ponto comum sua função de reprodutora. Essa característica biológica é um fato universal e atemporal. É da função da maternidade que se origina a chamada estabilidade e permanência da família, em suas diferentes formas, trazendo como consequência, em quase todas as sociedades, a subordinação social da mulher.

No sistema patriarcal, o casamento era a forma mais natural de a mulher integrar-se à sociedade. Por um lado, ela tinha como alternativa a reclusão num convento, onde se livrava da submissão ao pai ou marido.

Entretanto, a subordinação da mulher no período colonial não deve ser generalizada. Houve mulheres que tiveram acesso a posições de comando nas grandes propriedades e as regras canônicas relativas ao casamento não foram estritamente obedecidas. O grande número de filhos ilegítimos mostra que não se pode identificar a subordinação da mulher exclusivamente a partir dos princípios de dominação estabelecidos pelo casamento. Uma parcela de mulheres tinha autonomia devido à sua inserção no mercado de trabalho ou através da prostituição. Cabe lembrar o contingente de mulheres do setor despossuído da sociedade, além das escravas, a quem não cabe sequer discutir as possibilidades de emancipação.

No século XIX, a posição social da mulher dos setores dominantes sofre alterações na medida em que se intensifica o processo de urbanização, embora se mantenha a supremacia do poder masculino.

No âmbito legal, a socialização da mulher manteve-se atrelada à dependência da figura masculina, ou do pai ou do marido. Na República, a lei de casamento civil de 1890 e o Código Civil de 1916 não modificaram substancialmente as relações patriarcais na família, consolidando juridicamente a posição *pater familias*. Permaneceu a herança colonial de subordinação da mulher à autoridade do marido ou do pai, detentor dos poderes de decisão.

Economicamente, a dependência incluía a impossibilidade de gerenciar seus próprios bens, quando herdados, permitindo-se apenas à mulher dispor da renda que fosse fruto do seu trabalho,

apesar da necessidade de autorização prévia do marido para que a mulher exercesse uma ocupação.

A precária instrução da mulher dificultava sua integração ao universo da política, tornando-se um obstáculo ao seu possível engajamento em lutas como o Abolicionismo, capitaneada por homens letrados do Império. Seu apoio, nesse caso, limitava-se a angariar fundos para a causa, ou a fazer parte de clubes ou sociedades pela libertação dos escravos. Politicamente, as expectativas de aquisição dos direitos de cidadania viram-se frustradas, pois o novo regime não concedeu explicitamente à mulher o direito ao voto. A partir do final do século, entretanto, prospera a participação feminina em movimentos sociais e na organização da campanha sufragista, que ganhará impulso com a Grande Guerra. As primeiras décadas republicanas não reverteram o quadro das condições sociais, mas foram anos decisivos para a construção do ideal de autonomia feminina, sendo a capital o principal palco desse movimento.

O ponto-chave do movimento emancipacionista no período 1890-1920 é a reivindicação do voto feminino. Na grande imprensa, sua defesa foi apenas apresentada por Júlia Lopes, uma das primeiras mulheres consagradas no meio literário e jornalístico, apesar de não ter interesse pessoal na política. A questão também foi debatida na Assembléia Constituinte de 1891, onde foi apresentada sem êxito, uma emenda concedendo a mulher o voto qualificado. Os expositores fundamentaram seu argumento na ameaça de dissolução da família, caso a mulher não concentrasse suas atenções no cuidado dos filhos, marido e da casa. Os sufragistas contra-argumentavam que o conceito de cidadania não comportava a discriminação sexual, como estava comprovado pela sujeição da mulher à legislação criminal. O debate na âmbito jurídico-parlamentar, contudo, só voltou à tona nos anos 20, com a apresentação de novas emendas constitucionais. O voto feminino no Brasil só foi instituído em 1934.

A liberação da mulher sensibilizava prioritariamente os setores médios e altos. As camadas populares não participavam diretamente dos avanços femininos. Por um lado, o grande número de mulheres que ganhava seu próprio sustento estava livre da dependência econômica masculina, usufruindo de relativa autonomia. A supremacia do poder masculino afetava-as principalmente no plano dos valores morais. Por outro lado, o movimento operário reivindicava proteção ao trabalho feminino, fundamentando-se na idéia da fragilidade física da mulher e na ideologia patriarcal de mantê-la na esfera doméstica, cuidando da casa e dos filhos. A mulher operária lutava por melhores condições de vida e trabalho e não pelo voto. A urbanização condicionou mudanças nos papéis femininos, mas a lenta evolução das mentalidade tornou difícil realizar as aspirações de emancipação.

Outro fator de socialização é a mudança ocorrida no mundo do trabalho. A possibilidade de a mulher atuar no setor de produção de bens e serviços altera significativamente as condições de vida familiar. Sua função reprodutora e seu tradicional papel nas tarefas domésticas levam a uma certa resistência a essa forma de socialização. As próprias mulheres incorporam, por vezes, a ideologia dominante, que postula a incompatibilidade entre a atividade doméstica - sobretudo o cuidado dos filhos - e o trabalho fora de casa.

Com o trabalho como vendedoras nas lojas, auxiliares de escritórios e ocupações diversas nas escolas e fábricas, rompeu-se o isolamento em que a mulher vivia, quebrando-se o monopólio masculino de emprego nos setores secundário e terciário. Esse rompimento, contudo, não

garante a mulher uma melhora significativa de qualidade de vida, nem altera substancialmente o papel da mulher na sociedade.

Mesmo que a entrada da mulher no setor não doméstico de trabalho não representasse uma melhora na sua posição social, e sim uma nova forma de servidão, há um avanço nos costumes na medida em que ela pode sair de casa e manter-se uma figura humana respeitável. O quadro ocupacional da mulher carioca nos censos de 1906 e 1920 indica a tendência de aumento da participação da mulher no mercado de trabalho.

Era notória a resistência masculina ao trabalho da mulher. Ela tem origem não só na esfera econômica da competição no mercado, mas também na quebra dos valores tradicionais de seu papel social, ameaçando a ordem de dominação masculina. Com a urbanização, a vida feminina ganha novas dimensões, mas não se altera substancialmente a supremacia do poder masculino. No âmbito privado da família, a resistência às novas formas de comportamento da mulher é neutralizada na medida em que se assegura a estabilidade emocional e o equilíbrio funcional do grupo familiar.

Nas camadas mais pobres da população, o trabalho feminino só é aceito como também valorizado. Trabalhando predominantemente em serviços domésticos, conciliavam muitas vezes na própria casa da patroa atividades extras, tais como preparação de doces e salgados para serem vendidos fora. Esses serviços garantiam à mulher pobre uma relativa autonomia em relação ao homem, criando uma valorização social desse trabalho feminino na tentativa de assegurar uma identidade própria que a diferenciasse do homem.

A MULHER DO SÉCULO XX

Quando a enciclopédia Britânica foi lançada há 228 anos atrás, o termo mulher foi definido como fêmea do homem; hoje ele cresceu e contém 126 subdivisões.

Há 110 anos atrás a mulher começou a vender de porta em porta, pois até então elas ficavam em casa recebendo visitas. O ex-vendedor de enciclopédia, David McConnell, resolveu aumentar suas freguesias presenteando as mulheres com pequenos perfumes. O sucesso foi tanto que ele resolveu abrir uma fábrica de perfumes, a Avon, e convidou uma mulher para ir as casas vender. Esse é o maior empreendimento sustentado por mulheres, que se tem notícia, tendo uma rede de 1,9 milhão de vendedoras autônomas em 120 países. No Brasil eram em 450.000 em 1995, com uma previsão de 480.000 para 1996, número maior que o dobro do efetivo do exército brasileiro e cinco vezes maior que os funcionários do Banco do Brasil.

Há muitas outras vendas que não são feitas em escritórios, fábricas e lojas, mas a pé ou de bicicleta, de canoa ou búfalo, comendo poeira ou barganhando em currutelas de garimpos, são mulheres que decidiram sair a luta para melhorar sua vida. Elas vendem cosméticos e as clientes compram auto-estima ou vice-versa. As sacoleiras geralmente são mulheres que cuja vida pessoal ou econômica sofreu uma brusca mudança e sem cursos universitários ou profissionalização, tiveram que assumir o sustento da família. Muitas começaram esse trabalho por necessidade financeira, mas acabaram gostando e se empenhando e ganhando muito dinheiro e conseguindo subir na vida.

No Brasil o filão de atividade feminina se confunde com a história do país. Até início dos anos 80, quando apenas 15% das brasileiras trabalhavam fora - hoje são aproximadamente 40%, na área urbana - era a classe média que batia na porta da classe média.

As mulheres brasileiras estão ocupando cargos como os de juiz, comandante de boeing, engenheira de construção dirigindo mais de 600 homens, presidência de siderúrgica comandando aproximadamente 12.500 pessoas, policial militar da tropa de choque, diretora de vendas de multinacionais, corretora imobiliária com faturamento de mais de R\$ 200.000 (duzentos mil reais).

Em São Paulo a participação das mulheres na população economicamente ativa aumentou de 1993 para 1997 em 28,2% e houve um aumento de 16,9% no oferecimento de vagas sem distinção de sexo em um ano; no curso de administração de empresa da Fundação Getúlio Vargas, de 1970 para 1997 houve um crescimento de 135,2% no número de alunos do sexo feminino; o número de vereadora aumentou em 100% de 1992 para 1996; de 1992 para 1997 o número de gerentes financeiras nas empresas brasileiras aumentou em 20,6% e as corretoras de imóveis também aumentaram em 700% no período de 1990 a 1997 e no mesmo período houve um aumento de 900% no número de taxistas mulheres em São Paulo; de 1970 a 1997 o Conselho Regional de medicina registrou um aumento de inscrições de médicas de 238,4%, o de Odontologia registrou 186,3%, o de arquitetura registrou 89,3% e o Conselho de Economista registrou 243,7% no aumento de inscrições de profissionais do sexo feminino.

Segundo uma reportagem da VEJA num levantamento junto ao Ministério do trabalho em São Paulo, dos 228.000 postos de trabalho gerados no país para candidatos do 2º grau completo entre outubro de 1996 e setembro de 1997, mais de 50% foi conquistado por mulheres, também nas vagas para dentista, veterinário e médico, 83% dos contratados eram do sexo feminino.

Há mais de 130 mulheres dirigindo operações de renda fixa e variável nos grandes bancos de investimento. De cada grupo de 10 médicos, 03 são mulheres. Metade do corpo de advogados do país é formada por doutoras e são 25% do quadro de juizes. Dos estudantes que alcançaram o título máximo de aluno coronel em 1997, nos doze colégios militares do país, 80% são garotas.

As pesquisas demonstram que as mulheres estão mais presentes em empresas grandes e modernas porque estas estão em contato constante com economias e sociedades que se modernizaram há mais tempo.

O salário da mulher brasileira continua mais baixo que o do homem, embora nos escalões superiores se iguale e as vezes até ultrapasse. Entre 1985 e 1995 dobrou o número de mulheres que ganham entre dois e três salários mínimos, nesta faixa o número de homens cresceu apenas 50%, no mesmo período também aumentou em 100% o grupo feminino com ganhos entre cinco e dez salários mínimos, o masculino cresceu apenas 40%. Em 1985 havia menos de 100.000 mulheres ganhando mais do que vinte salários mínimos e em 1995, segundo levantamento do IBGE, já eram 422.000. Os homens não conseguiram aumentar sequer em 100% seu contingente nessa faixa.

Alguns dos diversos fatores que facilitaram a ida das mulheres para o mercado de trabalho foram a urbanização do país que gerou necessidades e oportunidades, o investimento das indústrias no desenvolvimento e fabricação de eletrodomésticos que facilitaram e reduziram o trabalho doméstico da mulher após sua jornada fora.

Fora as grandes mulheres que são sucessos no mundo dos negócios, temos ainda as mulheres de vida humilde, que diferente da de classe média e alta, trabalham desde a sua infância na lavoura,

nas minas, nas ruas, nas casas de família e nos prostíbulos. São mulheres menos favorecidas, porém não menos merecedoras do direito a educação, saúde e a condições de trabalho mais humanas e dignas.

O Brasil aboliu o preconceito sexual e as amarras que mantinham as mulheres apenas como educadoras dos filhos e administradora do lar em diversos setores, mas há algumas áreas que as mulheres ainda não são “aceitas”, porém falta muito pouco para que as mulheres conquistem lugar no exército brasileiro e que consigam patentes altas, que pilotem aviões militares, que sejam presidente do senado e do Brasil, visto que já temos no país algumas mulheres que ocuparam cargos nos ministérios, que ocupam cargo político de governadora de alguns estados e prefeituras.

O TRABALHO DA MULHER ACIMA DE 40 ANOS NA FRANÇA

Não existem mulheres que não trabalham. Todas trabalham, em casa ou fora de casa. As que trabalham fora, acumulam dupla jornada de trabalho, pois têm que executar as tarefas domésticas, educar os filhos e administrar o lar (compras de alimentos, pagamentos diversos, etc.). Mas tudo isso é recompensado pela independência financeira, pelas vantagens intelectuais, morais, psicológicas e afetivas que se encontra no desempenho de um trabalho gratificante.

De 172 donas-de-casa, 80 estão satisfeitas de ficar em casa; 58, que já exerceram uma profissão, gostariam de voltar a trabalhar; 34, que nunca trabalharam, gostariam de ter um emprego. E é geralmente por volta dos quarenta, quarenta e cinco anos as mulheres são despertadas pela nostalgia do trabalho. Alguns motivos detectados foram: o aumento da longevidade, o que ainda dá tempo para começar alguma coisa, a vida conjugal que era para ser eterna está abalada, ou então acabou se desmoronando, a casa própria que ainda falta adquirir, o salário do marido não é suficiente, os estudos dos filhos é caro e/ou ainda os adolescentes vão embora “cuidar” da sua vida, ficando o papel de mãe sem muitas atividades e muitos outros. Sabe-se que as mulheres com idade acima de quarenta anos constituem a metade do número de mulheres que querem trabalhar, mas não se inscrevem em agências de empregos ou fazem fichas em empresas. Muitos são os motivos para isso: falta de qualificação, falta de coragem para enfrentar os horários e disciplinas no trabalho e ainda por cima, não ser mais jovem.

Uma pesquisa realizada pela Agência Nacional para o Desenvolvimento da Educação Permanente, em 1975, mostra que dentre as mulheres que fazem estágios de pré- formação, 30% mudam de objetivo no meio do caminho. Elas exprimem o desejo de serem úteis através de atividades sociais ou de animação. Outras falam em voltar a estudar, mas temem que seja tarde demais.

Nunca as mulheres com idade superior a 40 anos tiveram tantas possibilidades de ingressar na vida ativa como hoje. É preciso saber e informar-se, reciclar-se, mudar a mentalidade e até de aparência, ter confiança em si mesma e descobrir seu próprio valor. Muitos patrões hoje só querem mulheres maduras, circunspectas e que já se desembaraçaram dos filhos.

Das 80 donas-de-casa que não têm saudade de um trabalho fora de casa, muitas dizem que gostariam de ser reconhecidas, de ter um “estatuto”. As mulheres “não-ativas”, como dizem os

economistas, querem que a utilidade do trabalho que fazem seja reconhecida pela sociedade. Durante anos, foram as mulheres ativas que se sentiram culpabilizadas por terem uma vida infernal, quando seus filhos eram pequenos, enfocando seu trabalho fora de casa.

A divisão do trabalho - a mulher em casa e o homem fora - é relativamente recente. É resultado da industrialização. Na França agrícola, a família era multifuncional. O homem e a mulher dividiam entre si as responsabilidades na família e na produção. A vida de família e a vida de trabalho eram estreitamente ligadas. Foi a industrialização que causou a divisão das funções, por ter transportado o lugar da produção para fora de casa. Progressivamente as mulheres deixaram de ser produtoras. Antigamente, não só elas trabalhavam na terra, como também faziam o pão, as roupas, as velas, o sabão, etc. foi também a indústria que, desenvolvendo-se, exigiu cada vez mais mão-de-obra, de modo que, paralelamente, as cozinhas encheram-se de máquinas e as fábricas encheram-se de mulheres. Se elas entraram no mundo do trabalho, foi porque esse mundo precisava delas, porque elas precisavam dele para satisfazer novas necessidades. Hoje, por mais útil que possa parecer a atividade de uma mulher que fica em casa, essa mulher não produz, no sentido próprio do termo: ela compra. Esse movimento é irreversível.

As mulheres conquistarão verdadeiramente a sua liberdade quando, em vez de obedecer à pressão social, que esta se exerça num sentido, quer se exerça no sentido oposto, tomarem, deliberadamente, o caminho em que terão as maiores oportunidades de realizar suas aspirações profundas, sabendo o que fazem.

Andrée Michel, socióloga, diretora de pesquisas no CNRS (Centro Nacional de Pesquisas Científicas), é autora do livro *Les Femmes dans la Société Marchande*. Segundo as estatísticas apresentadas por esta obra, a semana de trabalho da dona-de-casa com dois filhos é de setenta horas. Os economistas franceses dizem que não se deve misturar produção mercantil com não-mercantil. Ora, essa produção não-mercantil possibilita a não-mercantil. Se o homem é tão produtivo na fábrica ou como executivo, é porque tem em casa uma doméstica que faz para ele a sua produção não-mercantil. Se ele tem filhos futuros produtores, é porque tem mulher para produzir essa futura força de trabalho. Portanto, separar a produção não-mercantil da mercantil é arbitrário, é uma segregação cada vez mais contestada.

Para a autora só há uma saída “que o homem e a mulher dividam (fora de casa) o trabalho assalariado, o que dá direito a uma remuneração. Assim, a mulher obterá sua autonomia econômica. Terão, também, de compartilhar a produção não-mercantil (em casa) e exigir que a sociedade consagre um pouco de dinheiro aos serviços coletivos que facilitarão as tarefas domésticas. É preciso, também, ensinar aos filhos a considerar que não é humilhante ajudar nos trabalhos domésticos e a não reservas esses trabalhos às filhas, a fim de que estas não repitam o comportamento da mãe. O futuro está no desaparecimento dos papéis masculino e feminino na família, na profissão e na sociedade.”

Há donas-de-casa contentes com o seu destino. Muitas, aliás, trabalharam antes e trocaram, com prazer, a profissão que exerciam pela de mãe de família, porque “gostam de liberdade”.

De 250 mulheres assalariadas não-operárias, 51 acham que seu trabalho lhes proporciona satisfação material; 39, satisfação moral; 126, os dois tipos de satisfação; 34, nenhum satisfação., mas 108 gostariam de mudar de trabalho. Dentre as que se declaram plenamente satisfeitas com seu trabalho, somente 13 gostariam de ficar em casa.

Há um fenômeno mais recente: as mulheres já não param mais de trabalhar a fim de criar os filhos. Continuam suas carreiras ao mesmo tempo em que os criam. Já as mulheres que desejam

retornar ao trabalho encontram algumas dificuldades, após uma interrupção de quinze ou vinte anos na sua vida profissional. Devem saber que todas as profissões estão abertas e se informar sobre o que se faz na sua região. Ao contrário do que se pensa em geral, voltar a estenografia aos quarentas anos é difícil, porque, nessa idade, a pessoa é muito menos rápida. No entanto, há novas profissões abertas às mulheres que podem ser muito mais acessíveis. O importante é as mulheres saberem que ainda são jovens e podem realizar muitas coisas. Para isso, é preciso informar-se, ter imaginação para não recair na rotina dos trabalhos ditos femininos.

São as trabalhadoras autônomas que se mostram mais satisfeitas com sua situação. De um total de 48, 13 acham que obtêm satisfação moral com seu trabalho; 07, satisfação material; 28 sentem-se felizes em sua profissão em todos os planos; somente 03 gostariam de trocar de trabalho e 02 prefeririam ser donas-de-casa. Entre as autônomas, estão incluídas as mulheres de comerciantes e artesãos, pois na maior parte dos casos elas atendem o telefone, redigem correspondências, se encarregam dos orçamentos, faturas, contabilidade, fazem encomendas, gerem os estoques e ajudam o marido na obra ou loja e ainda cobra os devedores.

De um total de 45 operárias interrogadas, 14 têm em seu trabalho uma satisfação material; 11, uma satisfação moral; 21, nenhuma satisfação. Nem uma delas têm ao mesmo tempo, satisfação moral e material; 22 são sindicalizadas. Acreditam, unanimemente, que não podem fazer outra coisa e que não tiveram oportunidade.

Em geral, a remuneração das empregadas administrativas e *cadres* (categoria de assalariados que têm um estatuto e regalias especiais), é 12% menor para as mulheres. Mais de 50% dos homens são operários especializados ou altamente especializados, para apenas, 08% das mulheres. Por outro lado, elas aceitam menos facilmente do que os homens as horas extras, o que aumenta ainda mais a diferença nos salários.

Causa espanto o fato de que mulheres operárias não-especializadas tenham, apesar dos pesares, uma satisfação moral com seu trabalho. Isto se deve ao fato que elas nele desfrutam de uma fraternidade que lhes é preferível à solidão das quatro paredes do seu apartamento. As satisfações morais são a amizade e a luta em comum.

as 60 agricultoras pareceram as mais favorecidas. Enquanto 11 dizem não ter mais que satisfações materiais em seu trabalho e 10, satisfações morais, 39 dizem-se contentes com sua sorte. Nenhuma delas pensa em mudar de ocupação porque acham que são incapazes de fazer outra coisa. Foram as primeiras a descobrir os benefícios da formação contínua. Sua profissão sofreu uma série de modificações devidas ao progresso técnico e elas não puderam ficar “para trás”.

Em 1971, as organizações profissionais criaram um fundo de garantia-formação que faz os contratos com os órgãos competentes. As mulheres representam mais de um terço dos efetivos ao passo que, não ultrapassam a 10% para os assalariados. No instituto de formação superior para ps quadros de agricultura, as mulheres representam mais de 40%. É por meio desses grupos de vulgarização que se faz o essencial da formação profissional das agricultoras.

MULHER E TRABALHO: AVALIAÇÃO DA DÉCADA DA MULHER (1975/1985)

Os conceitos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho e os procedimentos metodológicos das coletas, baseados nas atividades econômicas desempenhadas pelo homem, mais do que desvendar, sempre ocultaram a contribuição feminina.

O trabalho feminino tem como característica ser predominantemente descontínuo, freqüentemente em tempo parcial, concentrado nos setores tradicionais da produção ou em pequenas empresas familiares (Wainerman e Lattes, 1981). É um trabalho marcado pela diversidade e pela intermitência de entradas e saídas no mercado, marca registrada do frágil equilíbrio entre atividades produtivas e funções reprodutivas, mantidas a todo custo pela mulher para a sobrevivência e o bem-estar de todo o grupo familiar.

Em qualquer análise sobre o trabalho da mulher, um aspecto crucial é o da sua posição na divisão social e sexual do trabalho, prioritariamente definida a partir de suas funções biológicas, o que a condiciona, de um lado, 1ª execução de uma série de afazeres indispensáveis para a casa e a família, de outro a ocupar principalmente posições subalternas na hierarquia produtiva.

Olhando dessa forma, o trabalho da mulher está em toda parte: na comida que é comprada e preparada para só depois ser consumida, na limpeza das casas e das roupas, na organização e na gerência do lar, na formação das futuras gerações. Está também na criação de animais domésticos, na pequena horta ou roçado, na costura feita em casa para “ajudar no orçamento”, nos pequenos serviços de escritório para “ajudar o marido”.

Só que estas formas de trabalho estiveram, durante muito tempo, encobertas pelos dados, pelas teorias e pela ideologia e sua visibilidade só se tornou possível com o amadurecimento das pesquisas sobre a mulher e do movimento social que lhe deu suporte (Costa, Barroso e Sarti, 1984).

Algumas questões para entender a participação feminina nessa década são:

- Redefinição do conceito de trabalho, ampliando-o para que nele caibam muitas tarefas que fazem parte do cotidiano das mulheres e de outros membros da sociedade.
- O trabalhador não é apenas uma categoria profissional ou de análise, mas um ser humano com características biológicas, pessoais, familiares, sociais que orientam e definem sua forma de participação na produtividade. Mais do que o homem, a mulher tem sua participação no trabalho remunerado possibilitada ou restringida por várias delas: idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, ciclo de vida, localização rural ou urbana.
- A participação do sexo feminino na produção social não se define apenas pelas condições de mercado, pela estrutura de emprego ou mais genericamente, pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também por sua posição na família e pela classe social à qual pertence o grupo doméstico. Filha, esposa ou mãe, a cada uma dessas etapas do ciclo vital corresponderão determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, dadas as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação às atividades produtivas.

É somente na ótica deste duplo movimento que se pode entender a composição da força de trabalho feminina, seus deslocamentos e reacomodações ao longo da década.

A tendência do crescimento do número de trabalhadoras é inegável, embora as mulheres estejam longe de mostrar os mesmos níveis de regularidade com que se apresenta o trabalho masculino, o qual mantém, tanto a nível de São Paulo, quanto do Brasil, taxas muito semelhantes, em torno de 70%. Contudo se as taxas femininas incluíssem também o trabalho doméstico, elas alcançariam níveis bem mais elevados, iguais ou superiores aos masculinos, pois a maioria das classificadas como inativas estão na verdade realizando afazeres domésticos, principalmente se forem cônjuges ou chefes de família: incluindo nos dados de 1976 as donas-de-casa, a porcentagem ativa atingiu 75,5%, revelando que as mulheres trabalham muito mais se o critério for mais abrangente. O que se constata é que as estatísticas seguem escondendo boa parte do que as mulheres produzem; são incapazes, por exemplo, de revelar a dupla jornada de trabalho.

A população feminina trabalhadora quase triplicou em menos de quinze anos: no Brasil, passou de 6,1 para 12 milhões e em São Paulo de 1,5 a 3,8 milhões.

Apesar da presença feminina cada vez mais maciça, no conjunto dos trabalhadores, tanto a força de trabalho brasileira quanto a paulista seguem sendo predominantemente masculinas, as mulheres representando ainda um contingente relativo de pouco mais de 30% de 51 milhões de trabalhadores brasileiros e 12 milhões de paulistas.

Várias são as razões para o sensível aumento da presença da mulher no mercado de trabalho: a aceleração do processo de desenvolvimento econômico expande o mercado de trabalho em geral, provocando também maior demanda por mão-de-obra feminina.; a mudança nos valores relativos ao trabalho feminino e a difusão de novos padrões de comportamento facilitam a oferta de trabalhadoras; a queda na fecundidade brasileira e a ampliação de seus níveis de escolaridade atuam também na determinação deste movimento; queda do nível de renda real de grande parte da população brasileira na última década. Os anos 70 caracterizam-se em sua primeira metade por um período de grande expansão econômica, logo seguido por uma crise econômica que, atravessando a década, atingiu seu período mais crítico nos primeiros anos de 80, com elevados índices de desemprego e inflação acelerada.

Nas camadas mais pobres e média da população, que sentiram violentamente os efeitos deste processo, a participação das mulheres em atividades remuneradas visando a complementação do orçamento doméstico, tornou-se cada vez mais necessário. Nas classes médias, a necessidade se definiu pela elevação das expectativas de consumo de novos produtos. Nas famílias de renda mais baixa a questão da sobrevivência tem papel primordial, mas também há um anseio de ampliar e diversificar o consumo. O crescimento do contingente de trabalhadoras, neste caso, teria como razão antes o empobrecimento da população do que a expansão das oportunidades de trabalho.

As possibilidades que a mulher tem de responder às demandas do mercado estão estreitamente condicionadas por fatores individuais e familiares. A idade é um deles: as taxas de participação feminina costumam declinar após os 25 anos, sugerindo possíveis efeitos do casamento e da maternidade, sendo superiores na faixa dos 20 aos 24 anos.

O estado conjugal é uma das variáveis que mais afetam a participação da mulher em atividades econômicas no mercado. As taxas mais elevadas encontram-se entre as mulheres separadas, que não contam com o apoio financeiro de um cônjuge, em seguida as solteiras, que via de regra são mais jovens e preferidas pelos empregadores. As casadas são as que apresentam as taxas mais

baixas, tanto pela discriminação encontrada no mercado quanto pelos encargos familiares e domésticos, reforçados pela inexistência de creches ou outro tipo de infra-estrutura de apoio.

A natureza das relações de trabalho predominante em economias urbanas dificulta, para a mulher, a articulação entre suas atividades produtivas e reprodutivas, que são mais facilmente conciliáveis na economia agrária.

Na década de 70, porém, a mulher casada amplia sua participação no mercado de trabalho. Mudanças de valores, bem como uma atitude mais favorável do empregador à admissão da mulher casada, encontra apoio na transferência dos encargos sociais com a maternidade para a Previdência Social, após 1974.

O grau de instrução das mulheres apresenta também correlação elevada com sua participação na força de trabalho. As taxas de atividade feminina são mais elevadas quanto mais instruída for a trabalhadora, tendência que se verifica tanto no país quanto em seu estado mais desenvolvido. Ainda que não seja inexistente entre os homens, essa relação se apresenta de forma muito mais acentuada entre as trabalhadoras.

Uma possível explicação para essa correlação estaria nas oportunidades de trabalho oferecidas pelo mercado, diferenciadas segundo níveis de instrução. Uma vez que, a níveis mais elevados de instrução correspondem condições econômicas e sociais igualmente mais elevadas, as trabalhadoras de maior nível de escolaridade, podendo arcar com as despesas de estruturas de apoio - empregadas domésticas, creches, escolas maternais, etc. - teriam maiores possibilidades de ingressar no mercado de trabalho. De outro lado, um trabalho mais gratificante e a possibilidade de obter rendimentos satisfatórios atraíram as mais escolarizadas para o exercício de atividades profissionais fora de casa.

As oportunidades para as trabalhadoras sempre se concentraram no terciário e, dentro dele, no ramo de serviços, onde se encontram alguns dos empregos de mais baixo prestígio e remuneração, como é o caso do emprego doméstico remunerado. A concentração de trabalhadoras neste setor passou por certa estabilidade na década de 70, embora ainda mantendo níveis elevados.

Na década de 70 a trabalhadora recupera sua presença na indústria e amplia de maneira significativa sua participação no setor comercial, ao mesmo tempo em que se "retira", em números relativos, do setor de serviços.

A presença feminina se amplia em todos os grupos ocupacionais, exceto em alguns tradicionais guetos femininos, como as ocupações técnico-científicas e as prestações de serviços. A longo prazo, essas alterações podem significar uma abertura no leque de oportunidades de trabalho disponível para as mulheres.

Nos primeiros anos de 80, a crise econômica atua no sentido de rebaixar os salários dos trabalhadores, o que se reflete mais intensamente sobre o sexo feminino. Os efeitos diferenciados da crise econômica sobre ambos os sexos, porém, ainda não estão suficientemente esclarecidos. Em São Paulo, onde o quadro se apresenta relativamente mais favorável ao trabalhador como um todo, nem por isso a discriminação salarial por sexo deixa de ocorrer: 10,2% das trabalhadoras em comparação a 2,5% dos trabalhadores recebiam em 1983, apenas meio salário mínimo na ocupação principal. Mesmo na região mais desenvolvida da Nação, quase 6% das trabalhadoras não recebiam, nesta data, remuneração alguma por seu trabalho.

A discriminação sexual se faz sentir também com muita intensidade quando se trata de assegurar à trabalhadora condições adequadas de trabalho e as garantias que todos deveriam ter

asseguradas. Mesmo considerando que a maioria das trabalhadoras é assalariada e que esta formalização no vínculo empregatício se dá relativamente mais do que entre os trabalhadores (em 1980, 85,7% das trabalhadoras paulistas e 73,7% das brasileiras eram assalariadas, enquanto 77,25 dos trabalhadores paulistas e 61,6% dos brasileiros, tinham posição semelhante na ocupação), o número de empregadas que não possuem carteira assinada é superior ao de seus colegas: em 1983 elas são mais da metade - 50,7% - no Brasil e 43% em São Paulo. No campo a trabalhadora é ainda mais aleijada de seus direitos: não só é elevada a presença de não-remuneradas (em 1980, elas são 38,9% da população economicamente ativa feminina agrícola brasileira e 17,9% da paulista), como é quase nulo o acesso daquelas que são assalariadas às garantias trabalhistas mínimas. Em 1983, no Brasil, 93,7% das lavradoras não tinham carteira assinada! Em São Paulo, na mesma data, 86,3% estavam nesta situação.

As desigualdades sexuais, porém, se tornam mais gritantes quanto mais estável for a situação do trabalhador. Nas atividades não-agrícolas, onde a formalização do vínculo trabalhista é maior do que no campo, 21,9% dos empregados e 40,3% das empregadas não dispunham de carteira assinada pelo empregador.

Em suma, os dados revelam que a mulher continua sendo uma trabalhadora discriminada, que ganha salários mais baixos que o homem, tem menor acesso do que ele às garantias trabalhistas, raramente ocupa postos de chefia e segue sendo segregada em “guetos” ocupacionais. Além disso sua condição de trabalhadora remunerada é possibilitada ou constrangida por sua posição na família. O caráter complementar e secundário da atividade feminina na esfera produtiva é que permite e legitima a condição discriminatória que a mulher detém no mercado de trabalho. A inexistência de infra-estrutura de apoio, como as creches, para todas as famílias e não só para as mulheres que trabalham fora, reserva às esposas e mães o papel de responsáveis únicas pelo bem-estar do grupo familiar. Para grande parte das mulheres está reservada a dupla jornada de trabalho, se elas trabalham fora de casa; para outras que, na tentativa de conciliar as responsabilidades familiares e econômicas, exercem uma atividade geradora de renda no próprio domicílio, o que as espera é a sobrecarga física e emocional de u cotidiano fragmentado em múltiplas e díspares atividades. Para aquelas que se dizem apenas donas-de-casa e que são classificadas pelas estatísticas como inativas, o cotidiano nem por isso é mais suave; os estudos de orçamento/tempo mostram que as esposas gastam mais horas diárias nos afazeres domésticos do que a jornada regular de 8 horas de trabalho, mesmo que elas disponham de auxílio, seja ele remunerado ou proveniente da rede de parentesco e vizinhança.

Apesar das condições desfavoráveis que enfrenta quando vai trabalhar o impacto da presença feminina nas atividades produtivas, a longo prazo, poderá vir a gerar mudanças significativas, tanto a nível de família quanto do lado dos empregadores.

TRABALHO, NECESSIDADE E DESEMPENHO

Na década de 70, a idéia das mulheres terem o direito de trabalhar fora era radical. Hoje houve uma mudança drástica nesta atitude. Há mais mulheres trabalhando e seus maridos e pais se sentem bem com sua contribuição salarial para a manutenção familiar.

A primeira mudança ocorrida é que as pessoas sentem cada vez mais que o trabalho representa uma oportunidade de auto-realização, encarado como um meio para se alcançar auto-expressão, criatividade e responsabilidade. A segunda mudança é que as mulheres estão procurando trabalho para desenvolver suas potencialidade. Até os anos 70 era normal as mulheres terem um emprego, mas não uma carreira, e o trabalho feminino só era aceitável se não houvesse filhos pequenos em casa ou se o salário fosse realmente necessário. Com restritas oportunidades de emprego e condições limitativas, as mulheres em geral trabalhavam para complementar o orçamento.

Ao lutar por oportunidade de obter sucesso, de admitir sua ambição, desenvolver sua competência, assumir liderança, adquirir poder, tentar e arriscar, a mulher dá um corajoso testemunho de sua individualidade. O compromisso com sua carreira reflete o desejo de utilizar seu potencial e a rejeição de uma identidade baseada unicamente em seus vínculos familiares.

Muitas mulheres almejam carreiras importantes. Para isso, é necessário forjar um estilo de vida, com seu quinhão de perdas e lucros, alguns previsíveis, outros não. Realização e tensão, gratificação e conflito, sucesso e ansiedade, são todos previsíveis.

Ao exercer o direito de escolher o rumo de sua vida, a mulher deixou de basear sua identidade no clássico de mãe-esposa-doadora e passou a construir mediante razões próprias. Muitas mulheres estão aprendendo que a liberdade de escolher seu caminho eventualmente implica em fazer certas solicitações a terceiros, bem como dar-se menos do que antes. Trabalhando ou não, muitas jamais tiveram a sensação inebriante de pensar em si mesmas como “Eu”! , a experiência de tomar iniciativas e criar objetivos próprios, na certeza de que tinham esse direito.

O papel de esposa e mãe é limitado e deixa pouca margem de individualismo. Também o papel de marido-pai-arrimo é restritivo. A imagem do sexo masculino baseia-se no seu desempenho laboral e, mais especificamente, profissional. É nesse âmbito que sua individualidade deve emergir, expressar-se e obter recompensa. O fato de viver fora desta esfera impede a mulher de desenvolver um senso individualista e egocêntrico de si próprio.

Para obter um senso relevante de auto-realização, a mulher deve aprender que é capaz de lutar, tomar decisões, determinar prioridades, gostar de assumir expectativas e aceitar as responsabilidades do poder.

IMPACTO DA L.E.R. NO TRABALHO E SAÚDE DA MULHER

Além dos quadros epidêmicos, de silicose, acidentes fatais, amputação de membros superiores que ainda persistem em setores produtivos mais atrasados, há um crescente aumento dos casos de LER (Lesões por esforço repetitivo), dolorosa e incapacitante, nem sempre reversível, que acomete principalmente dedos, braços, cotovelos, ombros e pescoços. As LER causam tenossinovite, tendinite, epicondilite, síndrome do túnel do carpo, bursite, cervicobraquialgia e são os maiores responsáveis pelos afastamentos de trabalho entre a população com menos de quarenta anos e, em particular, as mulheres. A elas tem cabido trabalhos monótonos e repetitivos, onde o nível intelectual não é muito importante, embora representem 40% da

população economicamente ativa no Brasil e em média seu nível de escolaridade é superior aos homens.

As LER são provocadas pelas condições e organização do trabalho que quanto mais precárias e intensas, maiores danos provocam. As novas tecnologias, automação, informatização e formas gerenciais de organização do trabalho só tem agravado essas condições.

A legislação trabalhista, conhecida como a Norma da Ergonomia, foi alterada no sentido de disciplinar as atividades que acarretam sobrecarga muscular, prevendo a redução do tempo de exposição ou de jornada, a limitação de ritmos de trabalho, a introdução de pausas, a proibição de estímulos ou prêmios baseados na avaliação da produção, a melhoria das condições de temperatura, iluminação e redução de ruído em atividades que exijam concentração mental.

No Brasil a legislação providenciara garante um ano de estabilidade aos portadores de LER quando esta é reconhecida e no retorno a atividade. Na prática isso não vem sendo cumprido pelos empregadores, levando à demissão.

Diante da gravidade do caso, as grandes empresas tem realizado mudanças significativas nas condições de trabalho, substituindo equipamentos mobiliários (mesas, cadeiras, bancadas, etc.), ferramentas, adequando aos postos de trabalho para reduzir as movimentações dos braços e membros e melhorar as condições de conforto e higiene. É preciso equacionar os novos conteúdos do trabalho e das trabalhadoras, para que não se adaptem às condições criadas pela “mão invisível do trabalho.”

HISTÓRIAS DE MULHERES QUE SE DESTACAM NO MUNDO DOS NEGÓCIOS:

Armandina Cordeiro, de origem humilde, onde os pais tinham dificuldade para sustentar os filhos, foi morar com os patrões da fazenda e aos 15 anos tornou-se amante de patrão que lhe deu casa para morar e pagou-lhe as despesas, morrendo e deixando-a com uma filha sem qualquer dinheiro. Foi para Ribeirão Preto trabalhar em restaurante, mas o que ganhava não dava para sustentar a filha. Deixou-a com a madrinha e foi para uma “casa de moças”, teve 3 amantes fixos em 11 anos que lhe davam casa e pagavam suas despesas. Aos 31 anos adquiriu um lote num bairro que hoje é um dos mais nobres da cidade, onde é hoje o “Baton Rouge”, um bordel apenas para homens de alto poder aquisitivo e proprietária de um restaurante de luxo, que lhe custou R\$ 800.000.00 (oitocentos mil reais), uma linda casa num bairro nobre e uma BMW.

Ana Carmen Longobardi, 47 anos, sócia e vice-presidente de criação da Agência Talent. Acha que a intuição e a capacidade de observação ajudam-na muito no trabalho, além de acreditar que a mulher é mais sensível aos outros, presta atenção, faz as pessoas se sentirem melhor e disputa menos. Abriu mão de salários maiores para trabalhar com pessoas que gosta e foi a única presidente do sexo feminino do Clube de Criação de São Paulo.

Lídice da Mata, 40 anos, ex-prefeita de Salvador/BA, fez faculdade de economia e entrou na carreira política em 1982 e foi eleita vereadora em Salvador/BA, sendo líder do PC do B e do PMDB na Câmara e em 1986 obteve a segunda maior votação na Bahia para a constituinte. Em

1988 havia apenas 27 mulheres na Constituinte e mais de 500 homens não havendo sequer banheiros femininos. Lutou junto com suas colegas para conquistar a participação nas comissões de trabalho, foi articuladora da bancada feminina e da relação com a sociedade, abrindo espaço para a mulher na política.

Em 1992 nas eleições para prefeito em Salvador/BA, chegou ao segundo turno em segundo lugar e virou o jogo ganhando as eleições.

Considera a mulher mais meiga, menos agressiva que os homens, mais pacientes e instintiva em suas decisões. No seu secretariado, que inicialmente havia mais homens, acabou com seis mulheres em pontos-chaves: educação, serviços públicos, infra-estrutura, comunicação, limpeza urbana e processamento de dados.

Lucila de Ávila Machado, 38 anos, presidente da Arco Química há 5 anos. Em 1990 foi procurada por um *headhunter*, após dez anos de trabalho em uma multinacional, para ocupar a presidência da Arco, empresa americana do grupo de petróleo Atlantic que iria abrir no Brasil. Acredita que as mulheres tem muito mais pudor e cuidado para pisar no terreno alheio, o que as vezes pode atrapalhar a carreira, mas é mais efetivo a longo prazo. Faz várias coisas ao mesmo tempo, assina cheques, digita no computador, fala ao telefone, tendo que se policiar para não se sobrecarregar.

Quando negocia com os clientes fala de tudo: do produto, da família, dos problemas que eles têm em casa, etc. e gosta que os clientes usem a sua linha direta para falar com ela. Quando vai a reuniões nos EUA faz questão de elaborar suas transparências com cuidado e uso de cores para chamar atenção nos detalhes. Nas contratações só contrata 'avião', funcionário de alta qualidade e uma personalidade que combine com o ambiente.

Valéria Petri, 48 anos, dermatologista, professora da Universidade Federal de São Paulo, faz o trabalho acadêmico de pesquisa e ensino na universidade, ocupando o segundo posto na hierarquia e tem o seu consultório que é a parte mais rentável onde atende apenas consultas particulares.

No seu departamento existem três mulheres e cinco homens, uma das maiores presenças femininas e é um dos melhores ambientes, ninguém quer roubar o lugar de ninguém, percebe que há uma suavidade que só as mulheres introduzem no ambiente, o corpo discente ficou mais solto e as aulas ficaram melhores.

No seu consultório já atendeu 13 mil pacientes em 21 anos de profissão, sendo que a maioria de seus clientes são pessoas conhecidas de outros clientes. O tempo de consulta varia de acordo com a necessidade do paciente, sendo mais demorada quando o paciente precisa desabafar. Essa preocupação com o outro se reflete no tratamento. No momento está coordenando um levantamento de práticas que funcionam e não funcionam no serviço que o departamento de dermatologia prestou à comunidade, para implementar um programa preventivo de saúde na região.

Marluce Dias, 47 anos, pernambucana, formada em psicologia no Recife e com mestrado em administração pela PUC/RJ, é superintendente executiva da Rede Globo, com um salário mensal de 2 (dois) milhões de reais. Antes de começar na globo na área administrativa e financeira,

trabalhou no BNDS e na Mesbla, onde era braço direito de André Botton, dono da empresa, sendo a responsável pela sua reestruturação e enxugamento da folha de pagamento de 13.000 funcionários. Hoje é responsável por 8.000 funcionários, um faturamento de 2 bilhões de reais, 63% de audiência nacional e 70% da verba publicitária da TV brasileira.

Madeleine Albright, 60 anos, americana, ex-embaixadora dos EUA na ONU, é Secretária de Estado dos EUA e a primeira mulher a chefiar a política externa americana, teoricamente o segundo posto mais importante do governo.

Maria Eulina Reis Hilsenbeck, 45 anos, professora, nasceu no Maranhão, teve uma criação rígida, foi para São Paulo, viveu como mendiga nas ruas por dois anos até alguém lhe oferecer um emprego. Foi trabalhar numa empresa onde acabou casando com o diretor. Devido a sua história pregressa fundou o Clube das Mães do Brasil, em São Paulo, um entidade sem fins lucrativo que ajuda as pessoas de rua e favelados oferecendo um lugar para morar, alimentação, ensinando uma profissão e encaminhando as pessoas para a vida lá fora. Há 20 anos trabalha nessa área social de ajuda a pessoas carentes.

EX-DONAS-DE-CASA QUE VIRARAM EXECUTIVAS DE SUCESSO

Muita mulheres foram, e ainda são, educadas para serem boas esposas, mães, administradoras do lar e educadora dos filhos e quando casaram viveram (in)felizes na sua missão de se dedicar integralmente à família. Algumas dessas mulheres tiveram o desejo de sair para trabalhar fora, mas não possuíam qualquer qualificação profissional que as colocassem em condição de disputar uma das muitas (raras) vagas nas indústrias, comércios ou setor de serviços e competir com os jovens recém-formados, com conhecimento de informática e pelo menos domínio de uma língua estrangeira. Quando os filhos finalmente cresceram e já estavam encaminhados no 2º ou 3º grau, ou quando seus maridos as abandonaram, ou perderam seus empregos que garantia o sustento de toda a família, elas arregaçaram as mangas e foram à luta.

A falta de qualificação profissional motivou essas mulheres a partir para um negócio próprio, na sua maioria sem ou com pouco capital, e alguns dos capitais emprestados de parentes, amigos ou instituições financeiras. Sem qualquer estudo em marketing, finanças, ou controle de estoque, mas com uma grande experiência em administrar as economias dos lar, essas mulheres estão administrando suas empresas mais com a instinto feminino e com uma vontade enorme de acertar.

Esse tipo de mulher começou a aparecer na década de 60, com a revolução feminina, tornando-se um contingente maior na de 70 e principalmente na de 80. Segundo Sônia de Avelar, consultora da ONU e diretora do Centro de Pesquisa, Treinamento e Promoção de Mulheres no Desenvolvimento de São Paulo “A estimativa dos organismos internacionais é de que nos países menos desenvolvidos a mulher está à frente de 50% das micros e pequenas empresas”.

Segundo a consultora norte-americana, Patrícia Albuquerque, a nova geração de executivas demonstram uma habilidade em conciliar com sucesso a vida de empresária com a de mãe e

esposa.” Ao administrar o orçamento familiar, educar os filhos e controlar o estoque de alimentos, a mulher executa em escala doméstica todas as atividades essenciais para gerenciar uma pequena empresa: fluxo de caixa, treinamento de pessoal, compras e estoque de mercadorias” menciona a consultora Tiny Machado de Campos, de São Paulo.

A socióloga Maria José Ribeiro, do Núcleo de Estudo da Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo, autora de uma tese sobre donas de casa que voltaram a estudar, relata que a “dona de casa” ganhou sua forma atual a partir da Revolução Industrial. Na opinião do psiquiatra Paulo Gaudêncio até a década de 60 “era considerado uma falha do homem ter uma mulher que trabalhasse fora”, naquela época o homem tinha que manter a mulher e a família. A mudança ocorreu na década de 70 com a emancipação da mulher.

De acordo com o consultor Marcos Gouvêa de Souza, além do movimento feminista, a crise financeira também ajudou a mulher a partir para o mercado de trabalho. Hoje as mulheres estão em todas as partes, ou quase todas.

Abaixo relato de algumas dessas mulheres de coragem, que arregaçaram as mangas, enfrentaram os preconceitos e os descréditos dos machistas, alguns seus próprios maridos, e se lançaram bravamente no mercado de trabalho, através de um negócio próprio que começou pequeno, mas que cresceu e se manteve no mercado.

Guita Mucher, 36 anos, dona da marca Rock’n Dog, lanchonete de cachorro-quente instaladas nos principais shopping centers de São Paulo. Após sua separação em 1986, resolveu arriscar um capital de US\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil dólares), sendo 70% emprestado para abrir um quiosque em um shopping center. Dois anos mais tarde abriu a segunda unidade. Em 1994 já tinha três lojas próprias e quatro franquias, com um faturamento mensal de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares) cada.

Berenice Abdalla, 47 anos, dona da BCA informática, em São Paulo. Em 1989, após vários anos como dona de casa, ela começou a fazer vários cursos de informática e a dar consultoria em casa. Seis meses depois criou a BCA que oferece cursos de computação para as empresas, emprega 7 funcionários e tem uma receita mensal de US\$ 3.000,00 (três mil dólares). Os três filhos também são professores na empresa.

Rose Benedetti, 49 anos, dona de uma refinada grife de bijuterias. A empresa leva o seu nome, sediada em São Paulo, emprega 180 pessoas e produz 7.000 peças por mês. Rose começou aproveitando suas habilidades manuais e enveredou para o ramo da bijuteria, já que não existiam acessórios nacionais de boa qualidade. Emprestando US\$ 70,00 (setenta dólares) emprestado do marido, comprou dois alicates, badulaques para os acessórios. Estreou sua criação numa festa e fez o maior sucesso, passando a vender para as amigas em casa. Vendia de dia e confeccionava de noite. Dois anos mais tarde abriu uma empresa na garagem, produzindo 400 peças ao mês, com três funcionários. O marido saiu do emprego para assumir o comando da metalúrgica e simultaneamente abriram a primeira loja, mais tarde os dois filhos também passaram a trabalhar na empresa. Em 1993 já administravam cinco lojas, duas com a marca Benedetti On, criada em 1992 para vender roupas femininas e bijuterias mais baratas a fim de diversificar o produto.

Elisângela Capello, Cristina Barreto, Beatriz Ethel e Magaly Teixeira, quatro amigas que se revezam no comando de 17 lojas da rede Baked Potato, que emprega 210 funcionários e fatura US\$ 200.000,00 (duzentos mil dólares) mensais. Em 1983 começaram a traçar planos para entrar no mercado e marcar presença e optaram pela área de alimentação: batatas recheadas, lançando no mercado um novo produto como prato principal, que já era sucesso nos EUA como acompanhamento de uma refeição. Em 1984 os maridos emprestaram o capital de US\$ 200.000,00 (duzentos mil dólares) para a primeira loja que começou com 12 funcionários e oito tipos de recheio para as batatas. O sucesso foi tão grande que no mês seguinte abriram duas novas lojas. Em 1990 a marca aderiu ao franchising e conta com unidades franqueadas, inclusive com interesse de empresas no exterior.

Claudete e Deca Daud, duas primas que resolveram aproveitar a experiência adquirida em bazar beneficentes para montar uma boutique fechada, a Claudeteedeca, que em 1993 empregava 41 funcionários e abastecia com mais de 50 grifes o guarda-roupa de 4.500 mulheres, muitas famosas. Começaram o negócio em 1974 com o empréstimo de US\$ 2.000,00 (dois mil dólares) dos maridos, com o qual compraram 08 peças que venderam no primeiro dia, indo no seguinte comprar mais. Atribuem o sucesso ao preço convidativo e o atendimento personalizado. Durante dois anos agiam como sacoleiras, viajando para o Rio de Janeiro fazer compras, alugando em seguida uma casa de 400m² e contratando 03 funcionários para auxiliar. Trabalhavam dez horas por dia e se desdobravam para conciliar os negócios com as atividades domésticas e vencer as resistências dos maridos. Posteriormente aumentaram o número de itens, incluindo acessórios como bolsas e sapatos. Em 1984 partiram para a grife própria para a alta costura. Em 1990 contrataram um consultor para melhorar o treinamento de funcionários e reformular a área administrativa da empresa e superar a recessão.

Vanicy Martins, 41 anos, administrou o orçamento de sua casa durante 17 anos e com o que sobrava fez uma pequena poupança. Junto com os pais e irmãos montou uma loja de roupas infantis em 1987, a Kitikinhos, entrando na época com US\$ 2.000,00 (dois mil dólares) e sua disposição para trabalhar. Em dois anos a empresa ganhou dinheiro para dar entrada num ponto em um shopping em construção, de US\$ 190.000,00 (cento e noventa mil), financiado em dois anos. Vanicy sempre esteve á frente do negócio trabalhando mais ou menos 9 horas por dia. Em 1991 resolveu sair do negócio, porque a confecção já não rendia bons frutos, e mudou de ramo passando para a franquia de sorvetes, Nicecream, fazendo um investimento de US\$ 30.000,00 (trinta mil dólares), que desde 1991 vem faturando aproximadamente US\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos dólares por mês). Em 1993 adquiriu outra franquia, desta vez no ramo de confecções, a Wrangler, que fatura US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares) mensais e uma loja própria de calçados onde investiu US\$ 15.000,00 (quinze mil dólares). As três lojas estão num shopping center situado na zona leste de São Paulo. Atualmente trabalha 12 horas por dia, indo de uma loja para outra, mas ainda arruma tempo para cuidar do almoço, do lanche e jantar de seus filhos.

Divina de Castro Almeida, 37 anos, ex-dona de casa. Em 1984 quando estava grávida do segundo filho o marido ficou desempregado, pois a empresa havia entrado em crise. Resolveu fazer roupas infantis e oferecer serviços de costura, pois tinha uma velha elgin. Seus erros

obrigavam-na a levantar-se as 3 horas da madrugada para tentar acertar as encomendas. Depois de muito tempo ela aprendeu o ofício e por ter bom gosto acabou se tornando a costureira mais cara de sua cidade, Itabira/MG. Decidiu industrializar seu trabalho, solicitou ao marido que fizesse um empréstimo em sua empresa para comprar uma overloque que custava US\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos dólares), saldando a dívida em 05 meses. Com dois anos de trabalho em casa estruturou a confecção, que iniciou com 08 funcionários, ampliando as criações também para a linha jovem, ganhando inclusive o prêmio de empresária do ano em Itabira. Em 1988 foi para Belo Horizonte, abrindo junto com a irmã uma pronta entrega com um investimento de US\$ 3.000,00 (três mil dólares). A confecção emprega 31 funcionários e confecciona 4.000 peças por mês, vendidas em a região e todo o estado.

Valdivina Pereira de Aguiar, 40 anos, instrução primária, só tinha experiência como sacoleira quando em 1979 resolveu abrir uma loja de roupas femininas. De origem humilde e tendo passado muitas necessidades, quando os filhos cresceram decidiu trabalhar iniciando com malhas de tricô em casa. No mesmo ano resolveu arriscar um negócio maior com um capital de US\$ 30.000,00 (trinta mil dólares), metade do filho mais velho que era publicitário e metade emprestada em um banco, montando a Boutique Castelinho no shopping center da Lapa. Foram dias difíceis, toda a manhã ia ao cento comprar novidades para seus clientes. Muito dedicada e prestando atenção ao perfil do cliente, em um ano seu negócio decolou e ganhou duas filiais no shopping Matarazzo, agora com uma clientela mais exigente. Com o espantoso crescimento logo os filhos vieram ocupar postos-chaves no comando da empresa, que em 1981 ganhou um toque sofisticado ao adotar a marca Colours, grife criada para produzir roupas exclusivas com matéria-prima finas como seda, linho e chamois e sete anos depois lançou a grife jovem Siberian Husky.

Maria Cardoso, 29 anos, sergipana, teve uma vida sofrida até os 20 anos, mas com força e vontade e trabalho transformou-se num sucesso. Em 1980 um cliente do banco onde trabalhava a convidou para gerenciar sua loja de calçados, onde ficou 06 anos, comprou um carro usado, um pequeno apartamento e um terreno, mas sempre fazendo cursos a noite. Em 1986 o patrão morreu e decidiu trabalhar por conta própria, vendeu seu apartamento e improvisou um galpão no terreno, emprestou uma máquina e conseguiu matéria-prima financiada com amigos da rua 25 de março e começou a fazer sacolas e frascas para bebês. Sua irmã vendia suas peças no Rio de Janeiro e nos primeiros meses trabalhou sozinha até de madrugada. Hoje a Mary Pipy's é uma confecção de artigos para bebês na zona leste paulista, emprega 25 funcionários e fatura US\$ 20.000,00 (vinte mil dólares) mensais e também exporta.

Selma Ferreira da Silva, 62 anos, trabalhava com os pais na lavoura e morou até os 10 anos na *Capoeira (terra roçada ou queimada para o plantio dentro da mata virgem)*, onde aprendeu a “cantar coco de roda” com pais e avós. Selma casou aos 18 anos e seu marido tinha 21, após um ano teve o primeiro filho, os outros 12 faleceram e o segundo só veio a nascer após 10 anos. O marido morreu de acidente de caminhão quando ela tinha trinta anos e o filho mais velho morreu aos 20 anos de parada cardíaca, ficando apenas com o filho mais novo e uma pensão de um salário mínimo. Com o dinheiro da venda do caminhão foi se mudou para Olinda, onde montou

um boteco que não deu certo, devido aos fiados. Vendeu e começou a cantar coco de roda no seu terreno e vendendo bebidas e quitutes, quando a freguesia aumentou passou a cantar coco no terreno da vizinha que era maior. Quando a vizinha vendeu o terreno passou a cantar coco na rua em frente a casa, sempre até de madrugada e com muita animação e também se apresentava em algumas festas em Olinda. Em 1996 o produtor Chico a chamou para participar de um festival em Olinda, o Abril Pro Rock, para cantar junto com conjuntos do rock como Paralamas e Panet Hemp. Fez o maior sucesso, saiu em todos os jornais como uma grande revelação. Nos shows que participava sempre levava suas fitas para vender e vendia tudo. Depois deste festival começaram a aparecer muitos convites, já se apresentou em São Paulo, Europa (incluindo Alemanha e Paris), está indo para o Japão, e todo fim-de-semana faz shows pelo interior do estado. Quando esteve na Alemanha gravou dois CDs, um ao vivo. Tem planos de voltar em breve a Alemanha. Selma não sabe ler, nem escrever, por isso vai compondo as suas músicas na cabeça e depois canta junto com seu grupo, que é composto de 10 pessoas, seu filho, 02 netos e 05 netas. Antes cobrava cerca de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a R\$ 200,00 (duzentos reais), hoje cobra R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) que divide com o grupo. Em novembro de 1997 ganhou o Diploma de Cidadã Honorária de Olinda, seu maior orgulho.

A 4ª CONFERÊNCIA DA ONU EM PEQUIM

Em setembro de 1995 foi realizada a 4ª Conferência da ONU sobre a mulher em Pequim, onde foi examinada uma abrangente e controvertida estratégia para diminuir as diferenças entre os sexos, incluindo um cronograma para dar mais poderes às mulheres - recomendando 30% de mulheres em instituições políticas, reforma das leis trabalhistas para incentivar mulheres a participar do mercado de trabalho, legislação para eliminar todo tipo de discriminação em 10 anos, programas para melhorar a educação, a saúde e até a situação financeira através de créditos especiais. O item central foi o combate a pobreza

Uma reportagem publicada na revista Marie Claire dá destaque a cem mulheres, entre mil ou dez mil que lutam pelos direitos humanos, especialmente o feminino, nos cinco continentes. As idades dessas mulheres variam entre 17 (dezessete) e 83 (oitenta e três) anos e muitas vezes arriscam a própria vida por um mundo melhor e mais digno de se viver.

Junto com algumas dessas mulheres que se dedicam a causas diversas, outras revistas trazem reportagens sobre outras mulheres, que apesar da pobreza e das condições precárias, da falta de estudo foram a luta, começaram a trabalhar em empregos domésticos e aos poucos foram montando seus próprios negócios e cresceram como empresária de sucesso. Abaixo relato de alguns dos casos selecionados entre tantos outros que também merecem destaque.

Luta pelo Meio-Ambiente:

Rosalie Bertell, canadense, médica, especialista em radiatividade, é consultada em todo o mundo. Graças a ela foram interrompidas as atividades nucleares de uma central elétrica que poluía a água, a oeste dos Grandes Lagos.

Lenie T. Hart, fundou um refúgio para as focas, um centro de pesquisas e de informação. Ganhou o Prêmio Europeu da Mulher, em 1993, e a fama de “Primeira Dama da Comunicação”.

Wangari Muta Maathai, em 1977 criou o Green Belt Movement, que trouxe o verde de volta ao Quênia. Graças a mobilização das mulheres, conseguiu plantar 10 milhões de árvores no país. Doze países africanos já aderiram a seu movimento.

Jenny Longsdale, inglesa, diretora da Agência de Pesquisas Ambientais dedica sua vida à luta pela preservação dos animais em extinção.

Luta pela Proteção dos Menores:

Amihan Abueva, advogada filipina, se dedica em Bancoc, Tailândia, a proteger crianças exploradas e martirizadas pela indústria do sexo. Fundou a Aliança Filipina para a Infância.

Marilene de Souza, brasileira, teve sua filha executada por um esquadrão da morte e desenvolve um trabalho com as mães de crianças desaparecidas e integra o Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Rio de Janeiro.

Anna Syomina, criou a Associação Mama 86, que envia crianças ucranianas. Vítimas de Tchernobyl, para passar as férias em regiões saudáveis. Também distribui medicamentos e realiza detecção de materiais radiativos.

Luta pelos Direitos da Mulher:

Ivone Gebara, brasileira, religiosa, 48 anos, luta pela legalização do aborto, desafiando a Igreja católica e a lei brasileira, pois sabe que 3 (três) milhões de mulheres abortam anualmente e apenas as ricas os fazem em boas condições.

Irene Modupe Thomas, nigeriana, responsável pela criação de clínicas especializadas para tratar milhares de africanas vítimas de estupros, partos precoces e mutilações sexuais que ficaram com lesões permanentes.

Marta Suplicy, brasileira, psicóloga, deputada federal e escritora, faz parte de uma organização não-governamental que luta para incluir a educação sexual no currículo das escolas públicas do país.

Domenica Niehoff, ex-prostituta, a mais conhecida de Hamburgo, Alemanha, 48 anos, de dedica a filhos de prostitutas, às mulheres sem moradia fixa e aos soropositivos. Oferece apoio moral, escolarização, tentativa de recolocação profissional, informação sobre os direitos sociais, desenvolve um trabalho eficaz e reconhecido pelas autoridades locais.

Lutas Contra a Violência:

Adele Faulkner Quinn, 83 anos, passou toda a sua vida ajudando mulheres e crianças, vítimas de violência domésticas na Califórnia. Seu trabalho consiste em recensear os casos e descobrir as vítimas que se escondem por vergonha ou medo, garantindo-lhes abrigo no centro de proteção criado por ela em Los Angeles.

Linda Matar, luta para que a reconstrução do Líbano também passe pela abolição de leis discriminatórias, onde o crime de honra cometido pelos homens é tolerado pela sociedade

Catherine Bonnet, psiquiatra francesa, encarregada pela Fondation de France e pela Organização Médicos sem Fronteiras de formar profissionais para ajudar mulheres ruandesas que escaparam do massacre e foram violentadas, bem como aos seus filhos que correm perigo de abandono e maus tratos.

Sarah Davey, aos 17 anos iniciou uma verdadeira guerra contra os agressores sexuais no Cambridge, Inglaterra, onde 60% de suas colegas de escola haviam sido molestadas sexualmente, elaborando e distribuindo folhetos às garotas.

Luta pela Sobrevivência:

Haunani-Kai Trask, haitiana, professora, combate ativamente a marginalização das mulheres nativas, que vivem em progressiva miséria.

Tongdee Poyong, teve a idéia de fabricar e vender produtos têxteis para que as jovens das aldeias tailandesas pudessem encontrar alternativas para escapar da prostituição.

Nancy Abeiderrahmane, mauritana, recebeu o Prêmio Rolex em 1993, pelo seu espírito empreendedor de desenvolver o processo de pasteurização do leite de camela produzido pelos rebanhos nômades, fonte de rendimento para os nômades.

Florida Mouka Rougambois, percorre o mundo em busca de dinheiro para que as ruandesas que perderam maridos e filhos nos conflitos separatistas, recuperem-se, montem um pequeno comércio e sobrevivam.

Luta contra a AIDS:

Dorothy Blake, jamaicana, membro da Organização Mundial de Saúde, participou de um programa de reflexão sobre os problemas éticos colocados pela doença, centrados em três

questões: o que fazer com as populações contaminadas, como reintegrá-las à sociedade e que tipo de ajuda oferecer.

Agnès Narhkorli, 28 anos, aidética, distribui incansavelmente preservativos e criou uma cooperativa para atender às necessidades dos infectados.

Irmã Jackie, belga, instalada no Burundi, protesta contra a posição omissa da igreja em relação ao uso de preservativos e divulga informações sobre a camisinha no seu país, onde mais de 20% da população é soropositiva.

Annie Mino, suíça, médica psiquiatra, desde 1981 criou unidades de apoio e informação para viciados em drogas, através de programas como o “Mãe e Filhos”, que atende especificamente mães toscômonas durante a gravidez.

Luta pela Paz:

Hagar Roublev, fundou a entidade “Mulheres de Preto” que toda sexta-feira, em diversas cidades de Israel, observa uma hora de silêncio para exigir o fim da ocupação dos territórios palestinos.

Maria Ivanovna, criou a associação que contesta a guerra na Chechênia e junto com outras mães russas, se deitou nos trilhos do trem para impedir que seus filhos partissem para o ataque a Grozny, em janeiro de 1997.

Rouquia Alami, jornalista palestina, ficou 16 anos exilada e voltou para Jerusalém em 1991 e ingressou no Centro Palestino de Informação sobre os Direitos Humanos, que denuncia abusos cometidos pelo exército israelense e informa os palestinos de seus direitos.

Mevlude Genc, prega a paz entre turcos e alemães desde que seus filhos e netos morreram queimados em sua casa na Alemanha por serem turcos.

Luta pela Igualdade:

Mehranguiz Kar, advogada iraniana, é a única mulher em tribunais donde todos os juizes são homens, se especializou em defender as mulheres, representando gratuitamente as acusadas menos favorecidas.

Maria Jepsen, 50 anos, alemã, é a única mulher a ser ordenada bispo na igreja Protestante Luterana e é responsável por uma diocese.

Marjan Sax, criou o “ Mama Cash”, uma associação holandesa que empresta dinheiro para mulheres que querem realizar projetos, investindo pessoalmente toda a sua herança nessa associação.

Renu Ghosh, indiana, por intermédio da Unicef, promove a heroína do desenho animado **Menna**, uma menina consciente que divulga a mensagem “tenham filhasm elas valem tanto quanto os meninos”, numa cultura onde as mães abortam ou matam os bebês de sexo feminino.

Luta pela Informação e Educação:

Hyo Jae Lee, socióloga coreana, exige reparação diante da corte de justiça internacional para as cem mil coreanas que foram obrigadas a se prostituírem para os japoneses durante a Segunda Guerra Mundial . o Japão se desculpou, mas não as indenizou.

Alda Marco Antonio, brasileira, com o apoio da Unicef é responsável pela criação da Secretaria do Menor no estado de São Paulo, que através da elaboração de um projeto que utiliza o circo e o teatro para reeducar crianças abandonadas, os professores são malabaristas, acrobatas e palhaços profissionais.

Azra Kujundzic, em Dobrinja, bairro mais devastado de Sarajevo, Bósnia-Herzegóvina, ela mobiliza os professores e organiza aulas nas escadas de prédios para 700 crianças, ajudando a escola a renascer, apesar da guerra.

Eulalia Yagari Gonzales, deputada colombiana, milita pela preservação da cultura de seu povo, os índios embera.

CONCLUSÃO

Poucas são as referências bibliográficas sobre as mulheres que atuam no mercado de trabalho. A maioria da literatura versa sobre a legislação ou sobre as condições das mulheres na época do Brasil colônia, o que leva a hipotetizar que o assunto ainda não despertou o interesse dos estudiosos a ponto deles pesquisarem e escreverem sobre essas mulheres, porém as editoras de revistas tem dedicado uma grande importância a elas, fazendo pesquisas, entrevistas e escrevendo suas histórias.

Na história do Brasil temos o exemplo significativo da participação da mulher na história, pois foi a princesa Izabel, uma mulher, quem assinou a Lei Áurea pondo fim à escravidão na nossa história e dando o primeiro passo de emancipação na história, lutas e conquistas das mulheres. Com um início tão marcante como esse, era certo que as mulheres não ficariam paradas atrás de seus maridos, administrando apenas o seus lares e educando seus filhos.

Nas pesquisas feitas para realizar esse trabalho, percebe-se que antes de atingir o nível de independência encontrado nas mulheres de hoje, houve muito sofrimento, principalmente através da resistência masculina e das leis que discriminavam, e ainda discriminam, as mulheres enquanto trabalhadoras com direitos e deveres iguais aos homens. A razão para tantas discriminações são variáveis, como se não bastasse as limitações de natureza biológica, como falta de nível intelectual, fragilidade física, ausência de competência para dar ordens e dirigir grupos, incapacidade de conciliar o trabalho fora com as atividades domésticas e principalmente cuidados com os filhos e marido e por aí afora.

As mulheres não se deram por vencidas. Se desdobraram e foram a luta, assumindo dupla jornada de trabalho, dentro e fora do lar, demonstrando que é possível ser boa mãe e esposa ao mesmo tempo em que usa de seu potencial para conquistar um espaço no mercado de trabalho e fazer carreira com sucesso. Talvez um sucesso mais glorioso do que o dos homens, visto que estes não têm dupla jornada de trabalho e por isso mesmo podem se dedicar com maior empenho e maior tempo ao seu trabalho.

A história nos relata as dificuldades das mulheres do Brasil Colônia em conquistar o direito de frequentar até mesmo a escola primária, pois era presumido que o fato da mulher estudar atrapalharia em muito suas obrigações no lar. Mesmo com a criação de algumas escolas, ainda elitizadas, o currículo era diferente do currículo escolar para o sexo masculino, sendo que no feminino havia “matérias” como costura, bordado, culinária e etiqueta.

Com certeza o primeiro passo para a emancipação da mulher, e a sua conseqüente ida para o mercado do trabalho, se deu com a necessidade que a indústria teve de mão-de-obra para substituir os homens que foram lutar na guerra, a própria revolução industrial, a diferenças salarial menor pago as mulheres, a oferta de novos produtos que facilitaram as atividades domésticas, a necessidade de complementar a renda familiar do marido, insuficiente para as despesas da família, o desejo de um imóvel próprio, o pagamento dos estudos dos filhos e também, nas classes mais pobres, a necessidade das mulheres de assumirem o papel de provedoras da família, ou por abandono ou morte do marido.

Daí para a frente as mulheres foram pouco a pouco conquistando cada vez mais o seu espaço, um espaço cada vez maior. Hoje as mulheres já estão em quase todas as atividades, da mais humildes até as mais importantes dentro de empresas privadas e órgãos públicos. Os cargos que as mulheres

ainda não exercem não são por falta de competência, mas por uma questão de pré-conceitos e valores ultrapassados, como é o caso do exército, que impedem o seu acesso. Com certeza essa vai ser uma das barreiras que logo estará superada, pois as mulheres já demonstraram que tem garra, persistência, determinação e objetivos bem definidos.

As mulheres acreditaram no seu potencial e na sua capacidade de sempre obter um emprego melhor, crescer dentro e com a empresa e ter um estilo de vida melhor. Para isso teve que se livrar de todas as teias de aranhas que lhe foram incutidas desde criança, através da educação, e eliminar todos os condicionamentos machistas da mente. Descobriram, em muitos casos, que não é necessário um diploma universitário nas mãos para ter uma carreira brilhante pela frente, mas sim se qualificar cada vez mais em cursos técnicos oferecidos pela empresa, falar dois ou mais idiomas, participar constantemente de palestras, seminários, congressos, debates e estar atualizada com leituras de revistas, jornais e livros relacionados a sua área de atuação, bem como ter um bom conhecimento geral.

Ao mudar as atitudes e aprender a avaliar habilidades e capacidades a mulher consegue subir a escada do sucesso merecido, não sem antes ter motivação para mudar e superar as barreiras encontradas ao longo do caminho.

Embora não tenha sido matéria pesquisa para elaboração dessa monografia, destaco as referências musicais feitas por nossos ilustres compositores em homenagem as mulheres em seus diversos papéis: mãe, esposa, amiga, mulher e amante. Várias são as composições dedicadas à mulher, entre elas: Chico Buarque com “Mulheres de Atenas”, Benito de Paula com “Mulher Brasileira”, Erasmo Carlos também dedicou uma música ao lado feminino e materno com “Mulher”, Roberto Carlos compôs e cantou diversas músicas para os diversos tipos de mulheres, tais como “Mulher Pequena”, “Mulher de Óculos”, “Mulher madura” e “Lady Laura”. A dupla Zezé de Camargo e Luciano também reverenciaram a mulher no seu papel de mãe com a música “No dia que eu saí de casa”, Gal Costa com “Mãe Menininha” entre tantas outras.

É grande a participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto como empregadas nas indústrias, lojas comerciais, prestadoras de serviços ou mesmo na área rural, mas talvez sua presença seja muito mais significativa enquanto donas de micros e pequenas empresas, que iniciaram quando os filhos já estavam “crescidos” e ficaram sem ocupação, ou quando ficaram sozinhas, ou por abandono do marido ou morte do mesmo, e sem qualificação, começando com pequenos negócios que devido as suas habilidades e intuição feminina, o que leva a supor que seu instinto materno deve funcionar também para os negócios, foram crescendo rapidamente se tornando empreendimentos de sucesso e motivo de grande realização pessoal e profissional.

Em resumo, tudo leva a concluir que as mulheres estão presentes em quase todos os setores e tipos de atividades devido as suas incansáveis lutas, sua dedicação, sua energia e capacidade de realizar seus sonhos, levando-os a se tornarem realidade, mas sempre mantendo paralelamente e com muita eficiência seu papel de mãe-esposa-amante para deleite e surpresa dos homens que, felizes, estão ao seu lado, fazendo parte das suas vidas, histórias, lutas e conquistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DINIZ, Eli, LOPES, José Sérgio Leite, PRANDI, Reginaldo. *Ciências Sociais Hoje, 1993*. Editora Hucitec. 1993

FONSECA, Romy Medeiros de, MORENO, Rachel e Outros. *A Condição Feminina*. Editora Vértice.

CRESSANGES, Jeanne. *A Vida da Mulher Depois dos 40*.

NIVENS, Beatryce. *Oportunidades de Carreira para as Mulheres sem Curso Universitário*. São Paulo. Editora Mc Graw. 1989.

PENA, Maria Valéria junho. *Mulheres e Trabalhadoras - Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Editora Paz e Terra. 1981.

RABELLO, Sylvia, COBER, Maria Elisa e Outros. *Participação da Mulher no Mercado de Trabalho*. Recife. Editora MEC. 1969.

CARDOSO, Iredé. *Mulher e Trabalho - As Discriminações e As Barreiras no Mercado de Trabalho*. Editora Ccortez. 1980.

MARKHAN, Úrsula. *Mulher Atual - Soluções para Viver Melhor em Face das Pressões Cotidianas*. Editora Saraiva.

BARDWICK, Judith M. *Mulher, Sociedade e Trasição*. Editora Difel. 1981.

OLIVEIRA, Leonor Menicucci e SCAVONE, Lucila. *Trabalho, Saúde e Gênero na Era da Globalização*. Editora AB. 1997.

Conferência de Pequim, Cem Mulheres que Abalam o Mundo. Revista Marie Claire nº 54 - setembro de 1995 pag. 18 a 27 .

Madame Albertina - De dia empresária de sucesso, a noite dona de bordel - Revista Marie Claire nº 57 , dezembro de 1995 - pags. 66 a 70.

A mendiga que virou dona do Castelo - Revista Marie Claire nº 79 , outubro de 1997 pags. 139 a 144

Mulheres Revolucionam as regras do trabalho - Revista Marie Claire nº 72, março de 1997 pags. 62 a 65.

As mulheres estão avançando sobre os melhores cargos - Revista Veja edição 1335. 25 de fevereiro de 1998. Pags. 46 a 52

As mulheres do Ano, Veja, nº 51 , pags. 98 a 114. Dezembro de 1997

Com a Cara e a Coragem- o sucesso de empresários que começaram com muita garra e pouco dinheiro, Pequenas empresas, grandes negócios, nº 61. Fevereiro de 1994 . Editora. Globo

Vocação para os negócios - donas de casa que viraram empresárias de sucesso - Pequenas empresas, grandes negócios, nº 58 pags. 30 a 37. Novembro de 1993 . Editora globo.

Virei Popstar aos 62 anos - Revista Marie Clarie, nº 84, pag. 129 a 131. Março de 98, Editora globo.

O Expresso Feminista - Revista Veja, pags. 46 a 53. Setembro de 1995.

Mulheres Em Marcha. Revista Veja pags. 48 a 67. 26 de março de 1996.